

Quem disse ?

«É um facto indelmentável que existe uma crise do sistema representativo e um crescente divórcio entre os cidadãos e as instituições. Neste quadro, o Presidente da República tem a responsabilidade indelegável de exercer um magistério cívico.»

Manuel Alegre
Diário de Notícias, 8 de Outubro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº991 15 OUTUBRO 1998 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Armando Vara anuncia medidas

Governo aperta controlo no IP5

O Governo acaba de lançar a operação «Tolerância Zero – Segurança Máxima», um conjunto de medidas de carácter excepcional visando a redução da sinistralidade rodoviária no Itinerário Principal 5 (IP5).

As medidas foram anunciadas pelo secretário de Estado da Administração Interna, Armando Vara, e prevêem um reforço da fiscalização através da presença diária de 16 brigadas da Guarda Nacional Republicana, de um helicóptero, de viaturas da GNR não identificadas e a instalação de equipamento de radar e câmaras de vídeo que permitam registar as matrículas de viaturas em excesso de velocidade.

Acompanhado por Maranhã das Neves, secretário de Estado das Obras Públicas, Armando Vara anunciou também a entrada em funcionamento de um novo troço do IP5, com faixa dupla e com 40 quilómetros de traçado repavimentado, tendo sido instalados novos separadores nas zonas de acumulação de acidentes. Todas estas medidas entram em vigor com carácter excepcional e conservam-se, pelo menos, até ao final do corrente ano. Depois, proceder-se-á a uma avaliação rigorosa dos seus resultados.

Já Maranhã das Neves revelou que o Governo se prepara para tornar o IP5 uma via com perfil de auto-estrada, projecto cujas obras terão início no ano 2000, estando concluídas em 2003.

O Governo do PSD de Cavaco Silva foi o responsável pela construção deste itinerário principal, conhecido como a «estrada da morte». De forma demagógica, propõe agora a construção de uma auto-estrada paralela ao IP5, solução que ainda poderia agravar mais as condições de segurança nesta última via. Os socialistas, pelo contrário, defendem a duplicação das faixas no IP5, tornando-o um itinerário com elevados níveis de segurança.

COMBATE SEM TRÉGUAS À CORRUPÇÃO

Depois das denúncias sobre alegados fenómenos de corrupção na Junta Autónoma de Estradas (JAE), o Governo socialista decidiu não deixar a mínima margem para dúvidas no que respeita ao seu empenhamento no combate à criminalidade económica e financeira. Numa comunicação ao País, António Guterres anunciou medidas para a protecção de testemunhas, para facilitar o acesso a contas bancárias suspeitas e preconizou um controlo mais apertado do financiamento dos partidos. Dias antes, já João Cravinho havia ordenado a realização de uma sindicância a todos os serviços da JAE, bem como uma auditoria a todas as empreitadas que tenham apresentado custos superiores a 20 por cento face ao valor pela qual foram adjudicadas.



Sociedade & País

Juventude plural e multifacetada



A juventude portuguesa é, no cômputo geral, plural e multifacetada. Na área da vida familiar a atitude da maioria dos jovens é algo conservadora, enquanto no âmbito sexual a modernidade e liberalidade são as tendências dominantes. Entre os jovens que estão a estudar regista-se, como traço comum, uma elevada aspiração: cerca de 80 por cento desejam obter um curso superior.

Sociedade & País

Português (finalmente) laureado



A língua e a cultura portuguesas foram finalmente reconhecidas, no dia 8, em Estocolmo, com a atribuição a um escritor lusitano do mais alto galardão, o Prémio Nobel da Literatura da Real Academia Sueca.

Na manhã da passada quinta-feira, José Saramago - autor de obras de reconhecido mérito como «Jangada de Pedra», «Memorial do Convento», «Levantados do Chão» e «O Evangelho Segundo Jesus Cristo» -, era surpreendido, em Frankfurt, aos 75 anos, com a boa-nova de ser ele o primeiro português contemplado com o Nobel da Literatura.



A regionalização e o fantasma do despesismo

A grande campanha demagógica anti-regionalista, imposta pela «nova» coligação de direita populista e personalizada por Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas, assenta fundamentalmente no desprestígio da classe política e dos órgãos de soberania do Estado. Um dos muitos argumentos utilizados pelos defensores do centralismo burocrático assenta no fantasma do despesismo, argumento este facilmente desmontável. Com efeito, as regiões irão ter dois órgãos, um deliberativo, a Assembleia Regional, de constituição variável dependente do número de eleitores de cada região, e outro executivo, a Junta Regional, que irá integrar, para além do seu presidente, um reduzido número de vogais. No caso da Assembleia Regional o seu funcionamento não tem um carácter permanente como acontece com os deputados nacionais ou regionais dos Açores e da Madeira. Os deputados regionais participam nas reuniões da Assembleia Regional, até um máximo de 10 sessões por ano, tendo direito a senha de presença por cada sessão, valor que não tem expressão orçamental relevante. Relativamente à Junta Regional, essa sim, será formada por quatro a seis elementos com carácter permanente conforme a região, dispondo o Governo Regional de um conjunto de técnicos e serviços colocados ao serviço da região, de acordo com as atribuições que lhes vierem a ser distribuídas. Este conjunto de técnicos já existem integrados nas comissões de coordenação regional actualmente em funcionamento, pelo que não constituem nenhum acréscimo de despesa já que estas comissões irão ser extintas. Extintos serão também os cargos de governador civil e de vice-governador sendo os seus técnicos, à semelhança das comissões de coordenação, integrados nos novos serviços regionais sem qualquer agravamento de despesas para o Estado. Como se vê, o número de cargos a serem criados pela implementação desta importante reforma do Estado não justifica de forma alguma a campanha demagógica orquestrada por Marcelo e Portas. Com a regionalização, eliminam-se, assim, os custos decorrentes do funcionamento do centralismo e, em compensação, factor da maior importância, garante-se uma maior democraticidade dos processos de tomada de decisão.



AD FESTEJA COM VIOLÊNCIA RESULTADOS ELEITORAIS

Sob o pano de fundo da vitória da AD nas eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980, o camarada Mário Soares afirmava no «Acção Socialista» na sua habitual coluna «Entre Militantes»: «É agora que as maiores dificuldades vão começar para a direita: terá de ser ela a pagar a factura das promessas eleitoralistas que espalhou pelos quatro ventos e a colher as tempestades financeiras dos ventos que semeou.» «Entre Militantes», o então líder do PS fazia uma análise dos resultados eleitorais e salientava a estabilidade do eleitorado socialista. O «Acção Socialista» dava ainda conta da onda de violência com que a AD festejou em vários locais do País os resultados eleitorais. O Gabinete de Imprensa da FRS divulgava um comunicado em que referia que «centenas de militantes da AD ultrapassaram largamente os festejos naturais da vitória para se entregarem a provocações, insultos e mesmo agressões, no Largo do Rato, frente à sede do PS, que por várias vezes já ameaçaram de invasão.» Frente à sede do PS, os adeptos da AD constituídos por meninos «bem» com défice de urbanidade, alguns marginais à mistura, tias exaltadas e alguns saudosistas do 24 de Abril deram largas ao seu ócio.

Mas o Porto também não ficou invicto às «comemorações» violentas dos simpatizantes da coligação conservadora e monárquica. **J. C. C. B.**

9 de Outubro

Quem disse?

«Os actos de violência (praticados por adeptos da AD) que se seguiram ao conhecimento dos resultados eleitorais - um pouco por toda a parte - mostram que a direita portuguesa, fiel a si própria, continua truculenta, caceteira e muito pouco europeia.»

Mário Soares



Livro «Democracia com mais cidadania» lançado ontem

Nas próximas eleições legislativas as listas dos partidos candidatas à Assembleia da República não deverão ter mais do que 75 por cento de candidatos do mesmo sexo e, em 2007, aquele número não deverá exceder os 66,7 por cento. Estas são as principais directivas de um estudo elaborado por cinco juristas sobre a introdução de quotas nas eleições para a Assembleia da República que, juntamente com um anteprojecto do constitucionalista Jorge Miranda, serviram de base a uma proposta de lei do Governo. O estudo compilado agora em livro e intitulado «Democracia com mais cidadania» foi oficialmente apresentado ontem numa cerimónia que contou com a presença do primeiro-ministro, António Guterres. A colectânea de estudos partiu da constatação de que as mulheres constituem a maioria da população portuguesa em

termos demográficos, «estão em maioria nas escolas secundárias e na quase totalidade dos cursos universitários, ultrapassam os 50 por cento ao nível da administração pública e formam quase metade da mão-de-obra» no mercado de emprego. Uma realidade que não se reflecte, depois, na participação das mulheres na vida política portuguesa. Os estudos apontam ainda para a adopção do chamado sistema «fecho 'éclair'», segundo o qual as listas partidárias não poderão apresentar mais do que três candidatos seguidos do mesmo sexo por forma a assegurar um patamar mínimo de candidaturas dos dois sexos. O livro conta com textos introdutórios de Vitalino Canas, secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, e de Joana de Barros Baptista, alta-comissária para a Igualdade e a Família.

Militares de Abril Marques Júnior propõe distinção colectiva

As Forças Armadas deveriam assumir institucionalmente a sua responsabilidade pelos acontecimentos do 25 de Abril de 1974, reconhecendo com um «louvor expresso» o papel das unidades militares envolvidas, defendeu o «capitão de Abril» Marques Júnior. O deputado do PS, que falava numa

Assembleia Geral da Associação 25 de Abril, acrescentou que as chefias da instituição castrense deveriam homenagear aquelas unidades com uma «condecoração militar colectiva» que distinguisse todos os militares que ali prestavam serviço militar naquela altura.

Kosovo: Portugal participará com três F-16 e um C-130

O Conselho Superior de Defesa Nacional deu, na passada segunda-feira, dia 12, luz verde à participação do nosso país na força de intervenção da NATO para a resolução da aguda situação no Kosovo. Assim, dez pilotos de F-16 da Força Aérea Portuguesa foram destacados e Portugal tem preparados três caças F-16 de defesa aérea para integrar força da Aliança Atlântica. Um avião «Hércules C-130» segue igualmente para Itália, como avião de apoio aos F-16. A bordo vão 30 a 40 militares da Força Aérea (os pilotos de reserva dos caças-interceptores, mecânicos e outros especi-

alistas), para além de equipamento diverso das áreas de electrónica, mecânica e armamento. O plano de operações prevê que os aparelhos portugueses voem para a Base Aérea de Aviano, em Itália. Os F-16 operarão a partir de uma base junto à fronteira entre a Itália e a Eslovénia se se concretizarem os ataques da NATO contra a Jugoslávia, impondo a força para evitar um desastre humanitário no Kosovo. Os aviões militares portugueses irão actuar em conjunto com aviões da Holanda e da Bélgica, cujo modelo e configuração são semelhantes aos dos aparelhos nacionais.

CPLP Sede será em Portugal

O Conselho de Ministros, na reunião realizada na passada quinta-feira, dia 8, deu carta branca à proposta de resolução que aprova o acordo entre o Executivo Português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa referente ao estabelecimento da sede da Comunidade no nosso país. Recorde-se que o acordo em questão foi

assinado em Lisboa no dia 3 de Julho deste ano. O «pacto» responde à necessidade de regulamentar as questões decorrentes do estabelecimento de um edifício-sede da CPLP em Portugal, proporcionando-lhe, desta forma, um enquadramento jurídico próprio da sua natureza de Organização Internacional e adequado à prossecução dos seus fins.

COMBATE SEM TRÉGUAS À CORRUPÇÃO

Depois das denúncias sobre alegados fenómenos de corrupção na Junta Autónoma de Estradas (JAE), o Governo socialista decidiu não deixar a mínima margem para dúvidas no que respeita ao seu empenhamento no combate à criminalidade económica e financeira. Numa comunicação ao País, António Guterres anunciou medidas para a protecção de testemunhas, para facilitar o acesso a contas bancárias suspeitas e preconizou um controlo mais apertado do financiamento dos partidos. Dias antes, já João Cravinho havia ordenado a realização de uma sindicância a todos os serviços da JAE, bem como uma auditoria a todas as empreitadas que tenham apresentado custos superiores a 20 por cento face ao valor pela qual foram adjudicadas.



«Não quero um Portugal em que se cometam impunemente crimes, como não quero um Portugal onde seja fácil manchar o nome das pessoas honradas», afirmou o primeiro-ministro no final da sua comunicação ao País, segunda-feira passada, na qual anunciou um conjunto de medidas para melhorar a eficácia do combate a fenómenos de corrupção.

Até ao final da presente legislatura, a curto prazo, o Governo vai aprovar uma Lei de Protecção de Testemunhas, reforçando as garantias de todos aqueles cujo depoimento é indispensável para o apuramento de factos. Por outro lado, facilitará os mecanismos ao dispor das autoridades judiciais para incentivar a colaboração dos corruptores activos na investigação dos crimes de corrupção. Além destas duas medidas, o Executivo socialista irá avançar com o sancionamento das pessoas que obstruírem o acesso a informações, no quadro já vigente sobre segredo bancário, quando solicitadas no âmbito de processo de inquérito ou investigação sobre corrupção, por ordem do magistrado competente. Igualmente neste contexto, será melhorada a articulação entre o Ministério Público e a Administração Fiscal na investigação de actos de corrupção, incluindo o afastamento do segredo fiscal na investigação destes.

Um outro tema importante para a garantia da transparência do sistema político, segundo o primeiro-ministro, relaciona-se com o financiamento dos partidos e campanhas eleitorais. A este nível, António Guterres anunciou que o Governo proporá à Assembleia da República que recrie um conjunto de propostas oportunamente apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS, mas que não mereceram acolhimento por parte dos partidos da oposição. Entre esses pontos não viabilizados, está a re-



dução de despesas com campanhas eleitorais e o alargamento do conceito de crime de corrupção, de modo a abranger os actos ou omissões que sejam contrapartida de vantagens destinadas a partidos, coligações eleitorais ou candidatos.

Atacar a raiz dos problemas

«O facto de tanto as actividades da Junta Autónoma de Estradas (JAE) que deram origem a esta polémica, como o próprio início das investigações pelo Ministério Público e pela Inspeção-Geral de Finanças serem claramente anteriores à tomada de posse deste Governo, não nos leva a alijar responsabilidades ou sequer a limitar o âmbito das futuras investigações àquele período», avisou o chefe do Executivo.

Por isso, de acordo com António Guterres, «está em última fase de consulta o projecto de decreto-lei que promove a revisão geral da legislação sobre empreitadas de obras públicas, visando a transparência, o rigor e a eliminação de erros e omissões da actual legislação, sobretudo no que diz respeito a trabalhos a mais após a adjudicação, e ao controlo prévio pelo Tribunal de Contas do respectivo pagamento. Por outro lado, também segundo o primeiro-ministro, «está avançada a preparação de nova legislação sobre a emissão de alvarás, para certificar a capacidade das empresas segundo padrões europeus e sobre a criação de um instituto regulador do mercado de obras públicas, dotado de efectivos poderes de fiscalização. Está em causa não apenas combater actos isolados de corrupção, mas criar um sistema global que vá à raiz dos problemas, atra-

vés da acção solidária de todas as instituições, a Assembleia da República, o Governo, magistraturas e polícias», referiu António Guterres.

Durante a sua comunicação ao País, o primeiro-ministro revelou o quanto lhe choca a aparente impunidade gerada pelas dificuldades da investigação criminal, quer por razões operacionais, quer de enquadramento legislativo. Por essa razão, desde a tomada de posse do Governo socialista, lembrou António Guterres, foi definido um novo programa de acção para eliminar essas dificuldades. Até hoje, foi criado o Núcleo de Acessoria Técnica na Procuradoria-Geral da República, tendo peritos altamente qualificados para apoiar a investigação nas áreas da criminalidade económica e financeira, onde se inclui a corrupção. O chefe do Governo destacou, também, a nova Lei Orgânica do Ministério Público, «que veio dotar de operacionalidade o conjunto de acções a cargo desta magistratura». Neste contexto, em particular, citou a consagração legal dos Departamentos de Investigação e Acção Penal e do Departamento Central de Investigações e Acção Penal, este último essencial para a coordenação e direcção de investigação de todos os processos que dizem respeito à criminalidade económica e financeira, como a corrupção, além de outras formas de criminalidade organizada.

Paralelamente, frisou o primeiro-ministro, «está em curso o processo de reforço dos meios de investigação da Polícia Judiciária, envolvendo a promoção de cerca de 100 subinspectores e o recrutamento de cerca de 250 novos agentes, o que signifi-

ca um crescimento de 25 por cento do respectivo número».

As medidas de Cravinho

Também na sequência das denúncias sobre a existência de alegados fenómenos de corrupção na Junta Autónoma de Estradas (JAE), o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território garantiu ser seu desejo esgotar todos os meios ao seu alcance no sentido de ser averiguado até ao fim qualquer caso de corrupção ou de irregularidade no referido organismo, «de modo a que não possa ficar de pé qualquer suspeição, por mínima que possa ser a sua razão de ser». Nesse sentido, João Cravinho ordenou a realização de uma sindicância à JAE, que será dirigida pelo magistrado Francisco José Pinto dos Santos, procurador do Ministério Público. A sindicância, frisou o ministro, tem como fim o funcionamento, nos últimos cinco anos, de todos os serviços da JAE e o magistrado sindicante disporá de todos os meios necessários ao bom desempenho da sua missão, podendo requisitar outros especialistas, recorrer a peritos e empresas especializadas, bem como ao apoio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil para as peritagens técnicas que tiver por convenientes. Por outro lado, a sindicância é independente das investigações, inspecções ou inquéritos e outros procedimentos em curso e que venham a ser ordenados. Como salientou João Cravinho, «sempre que no decurso da sindicância surjam indícios da prática de ilícitos de natureza criminal, será feita a respectiva comunicação à Procuradoria-Geral da República. De igual modo, dever-me-á ser dado imediato conhecimento de qualquer ilícito de natureza disciplinar que seja detectado». Finalmente, o membro do Governo sublinhou que o magistrado sindicante deverá apresentar o seu primeiro relatório no prazo de 100 dias.

Além da sindicância, o ministro do Equipamento também anunciou a realização de uma grande auditoria aos serviços da JAE. «A fim de evitar perdas de tempo com um grande número de situações de menor relevo, deverão ser auditados todos os projectos cujo custo de realização tenham excedido em 20 por cento, pelo menos, o valor de adjudicação», explicou João Cravinho.

Por sua vez, a entidade auditora deverá imediatamente dar conhecimento ao ministro de qualquer indício de prática ilícita detectada, remetendo de igual modo uma cópia para a Procuradoria-Geral da República. O prazo de realização da auditoria, segundo o mesmo membro do Executivo, será de seis meses no máximo e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil acompanhará a sua realização, devendo submeter ao ministro um relatório intercalar no prazo de três meses e um parecer final incidindo sobre o relatório final da auditoria.

MOÇAMBIQUE

Guterres e Chissano a uma só voz

PORTUGAL E MOÇAMBIQUE
REFORÇAM COOPERAÇÃO

O Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, e o primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, revelaram uma grande identidade de pontos de vista face às mais importantes questões mundiais e também no que respeita às relações diplomáticas entre os dois países. Durante a sua visita a Moçambique, António Guterres foi saudado calorosamente pela população e encontrou-se com representantes da comunidade portuguesa. Em termos de cooperação, o chefe do Governo visitou a futura Escola Portuguesa de Maputo e assinou três acordos na área financeira com Moçambique, um deles prevendo a reescalonamento da dívida deste país africano em relação a Portugal.

António Guterres concluiu domingo a sua visita oficial a Moçambique, em Maputo, prestando homenagem à «profundidade da cultura moçambicana e à universalidade da língua portuguesa», tendo, para o efeito, condecorado seis personalidades. O Centro Cultural Português foi o local do «encontro e fusão de culturas», o último acto envolvente e emotivo do Governo em território moçambicano. O Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, que no último dia acompanhou sempre António Guterres, apesar da visita oficial ter terminado sábado, salientou que aquele «encontro de culturas» permitiu «desmistificar alguns misticismos, para alguns observadores menos atentos à obra de construção do país e à ponte que fortalece entre Moçambique e Portugal». Momentos antes, o primeiro-ministro havia visitado uma exposição de vários pintores moçambicanos no Banco Comercial de Moçambique, onde lançou o desafio para que aquelas obras percorram também os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A língua portuguesa, reafirmou António Guterres, «é de todos os que a utilizam para comunicar, para os seus talentos e suas mensagens e criação permanente em todas as partes do mundo onde se fala português». Neste contexto, o chefe do Governo apelidou o poeta José Craveirinha e o escritor Mia Couto de «contribuintes decisivos para a universalidade da língua». Depois, em nome do Presidente da República, Jorge Sampaio, o primeiro-ministro condecorou o ministro moçambicano dos Assuntos Parlamentares, Eneas Comiche, pelo seu contributo no desenvolvimento das relações entre os dois países, o escritor Mia Couto, o pintor Naguib, o fotógrafo Ricardo Rangel, a atleta Lurdes Mutola e ainda o padre Lopes, que há 30 anos vive na Ilha de



Moçambique.

Após as homenagens, Joaquim Chissano referiu que Craveirinha expressa a identidade moçambicana e que Mia Couto «é branco, não é preto, nem meio colorido como Craveirinha», mas, ainda assim, «tão moçambicano como o preto de Lurdes Mutola. Todos expressam a cultura moçambicana», frisou. Neste «encontro de culturas», foram entregues simbolicamente 60 caixas de literatura infantil, com 150 livros cada, destinadas ao Instituto Bibliográfico Moçambicano, prevendo-se que o Instituto Português do Livro prossiga este projecto em cerca de dez províncias deste país africano.

Rede de escolas portuguesas

Também no último dia de visita a Moçambique, António Guterres visitou as obras da futura Escola Portuguesa de Maputo, salientando que, pela primeira vez, há uma rede internacional de estabelecimentos de ensino oficiais de Portugal. A escola de Maputo, que começa a funcio-

nar no próximo ano e que se destina não apenas a alunos portugueses mas também de outras nacionalidades, vai estar integrada no sistema de ensino português, com equivalência pedagógica total com as escolas de Portugal.

O estabelecimento vai funcionar como escola de referência em relação às outras portuguesas existentes em Moçambique, designadamente em Nampula, Nacala, Quelimane e Cabora Bassa, que têm currículos portugueses, mas são estabelecimentos de ensino de direito privado moçambicano. De referir, a propósito, que a escola de Luanda terá o mesmo estatuto que a de Maputo, tal como a de Cabo Verde e em Macau. A Escola Portuguesa de Maputo terá entre mil e 1500 alunos, vai custar cerca de 1,13 milhões de contos e o seu funcionamento vai implicar gastos de 600 a 700 mil contos por ano.

No âmbito da visita de António Guterres, os governos de Portugal e de Moçambique assinaram três acordos na áreas das finanças, um deles contemplando a recuperação do corredor de Nacala, um outro o

reescalonamento da dívida de Moçambique e o terceiro a cooperação em matéria de Finanças Públicas. No que toca ao corredor de Nacala, o Estado português e um conjunto de bancos nacionais vão financiar a totalidade dos custos de recuperação dos 77 quilómetros da linha que ainda não estão operacionais. O dinheiro do grupo de bancos, liderado pela Caixa Geral de Depósitos e incluindo também os bancos Atlântico e Mello, é complementado por um donativo acordado pelo Estado. No que diz respeito à dívida moçambicana, o acordo assinado prevê o reescalonamento de 83,1 milhões de dólares americanos, correspondentes a cem por cento do serviço da dívida no período de 1 de Julho de 1997 a 30 de Junho de 1999. Este reescalonamento tem lugar como emenda a um outro acordo assinado em Dezembro de 1997 e na sequência da decisão dos membros do Clube de Paris, de Maio de 1998, de aumentar a percentagem de da redução do serviço da dívida de 97 para 80 por cento. Finalmente, foi também assinado um protocolo de cooperação na área das Finanças Públicas com intervenção do Instituto de Cooperação Portuguesa e da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais dos Ministério das Finanças.

Pontos de vista comuns

Na conferência de Imprensa conjunta que deu em Maputo com o Presidente da República de Moçambique, o primeiro-ministro assegurou que os dois países de língua portuguesa têm uma vontade comum de reorientar a sua cooperação em termos estratégicos. «Tivemos identidade de pontos de vista em quase todas as matérias», observou, por seu turno, Joaquim Chissano, ao mesmo tempo que sublinhava a assinatura dos três referidos acordos na área financeira. Na ocasião, António Guterres fez um apelo aos empresários portugueses para que invistam em Moçambique e que o façam de preferência em parceria com empresas moçambicanas.

Relativamente à proposta portuguesa de ser levado a cabo um programa trienal para a cooperação, o chefe do Governo disse que, dentro de um mês, vai reunir-se um comité misto consultivo para debater o assunto com vista a uma aprovação.

Interrogado se a sua posição é semelhante à de Chissano no que respeita à UNITA e a Jonas Savimbi, António Guterres fez questão de sublinhar que Portugal e Moçambique estão unidos nesta matéria, ou seja, no que respeita à necessidade de que se cumpram os acordos de Lusaka. A conferência de Imprensa conjunta realizou-se nos jardins do Palácio da Ponta Vermelha (Presidência da República), entre gigantescas e belas espécies arbóreas e o trinado de pássaros em fundo.



PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA - O secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins considerou, no passado dia 10, em Coimbra, que a Inspeção-Geral da Educação (IGE) tem um «papel fundamental no presente e no futuro da educação».

«A Inspeção-Geral da Educação tem um papel central, é o *pivot* estratégico para uma boa organização, num relógio que funciona bem e dá as horas certas», frisou.

Oliveira Martins intervinha na sessão de encerramento da conferência nacional da IGE, que decorreu durante três dias em Coimbra. O secretário de Estado exortou os inspetores a um «maior envolvimento e presença» nas escolas, em ações de «avaliação, pilotagem e acompanhamento».

«A escola do século XXI exige uma Inspeção presente e inteligente», sublinhou, ao defender também a necessidade de estes profissionais pugnam por enraizar nos estabelecimentos de ensino «o mecanismo da auto-avaliação e os valores da responsabilização».

ADMINISTRAÇÃO LOCAL - O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, deslocou-se, no dia 9, ao edifício-sede do Governo Civil do Porto, para presidir à celebração de 289 protocolos com igual número de instituições privadas de interesse público do distrito.

Os referidos protocolos implicam uma comparticipação do Estado de cerca de 233 mil contos, inserindo-se no âmbito do PIDDAC do Ministério do Equipamento.

AGRICULTURA - Um pacote de medidas para resolver o problema da BSE (Encefalopatia Espongiforme Bovina) está a ser preparado pelo Ministério da Agricultura em conjunto com «todas as partes interessadas» no sector bovino, anunciou, no passado dia 8, Capoulas Santos.

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que falava aos jornalistas depois de se ter reunido com o bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários e com o presidente da Federação Portuguesa dos Produtores de Bovinos, afirmou que existe uma «verdadeira frente nacional para resolver o problema que diz respeito a todos os portugueses».

As medidas em preparação «serão apresentadas brevemente em Bruxelas», afirmou Capoulas Santos, salientando que não podem ser feitas críticas a este Governo, pois a BSE só se manifesta seis anos depois do contágio, pelo que, há data, não era este o executivo.

CULTURA - O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, presidiu, no dia 12, no Convento da Arrábida, à abertura do curso «A emoção no discurso e na estratégia dos *media*», coordenada por Mário Mesquita e que se insere no âmbito do Ciclo dos Cursos da Arrábida.

Na passada quinta-feira, dia 8, na Casa das Artes do Porto, Manuel Maria Carrilho e Catarina Vaz Pinto, secretária de Estado da Cultura, reuniram-se com 23 Direções-Gerais tuteladas pelo Ministério da Cultura.

No encontro estiveram também presentes os responsáveis dos Teatros Nacionais, Artes do Espectáculo, Património e Direções Regionais do ministério.

ECONOMIA - O ministro da Economia, Pina Moura, participou, ontem, na Zona Industrial do Casal da Lebre, na cerimónia de encerramento do seminário «O Mercado Global e a Região da Marinha Grande». O evento integrou-se no programa de comemorações dos 250 anos da indústria de vidro regional.

EQUIPAMENTO - O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, participou, nos dias 9 e 10, nas comemorações do Dia Mundial dos Correios que decorreram no Porto.

SAÚDE - O secretário de Estado da Saúde, Francisco Ramos, disse, no dia 10, em Braga, que o Ministério da Saúde acaba de aprovar o Plano Funcional para a construção do novo hospital de Braga.

«A partir daqui, dá-se início ao processo de construção do hospital, nomeadamente com o arranque do projecto e da projecção de custos e de prazos», afirmou.

O governante falava aos jornalistas no final de uma visita ao Hospital de São Marcos, designadamente ao novo bloco operatório, que entra em funcionamento em Novembro. O secretário de Estado disse que o projecto inicial do plano agora aprovado sofreu algumas alterações, já que não aproveitava suficientemente o novo bloco operatório, onde vão funcionar os serviços de Cirurgia Ambulatória e de Obstetrícia e a Maternidade.

Questionado sobre o montante do investimento previsto para as obras e sobre os prazos de execução, Francisco Ramos disse que o hospital custará 20 milhões de contos, mas salientou que «não há ainda uma data para a sua finalização».

TRABALHO E SOLIDARIEDADE - O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, garantiu, no dia 9, em Vila Real, que vão existir condições, em 1999, para que avance em Valpaços, o primeiro hospital de retaguarda do distrito.

Segundo Ferro Rodrigues, que falava aos jornalistas no final da visita que efectuou ao Lar de Crianças e Jovens Florinhas da Neve, esta é a sua vontade mas «tudo depende» da aprovação no parlamento do PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central).

O hospital de retaguarda de Valpaços será uma unidade de apoio integrado que, em articulação com o Ministério da Saúde, terá a possibilidade de receber 30 doentes que se encontrem numa situação em que já não possam estar em hospitais, mas que não tenham nas suas habitações as condições para satisfazer as suas necessidades.

No âmbito da mesma deslocação, Ferro Rodrigues inaugurou o Centro de Dia do Centro Social e Paroquial de Santo António, uma obra apoiada com 41 mil contos pelo seu ministério, e o Lar de Crianças e Jovens Florinhas da Neve, da Santa Casa da Misericórdia, um investimento comparticipado em cerca de 156 mil contos.

Foram ainda inaugurados os centros de dia da Casa do Povo de Vilarinho de Freires, no Peso da Régua, em que o ministério investiu 36 mil contos, e da Associação Cultural e Social de Santa Eugénia, em Alijo, um equipamento que contou com um apoio de cerca de 64 mil contos.

TURISMO - «O ano de 1998 está a ser o melhor de sempre do Turismo português, no que respeita ao crescimento do número de visitantes, dormidas e receitas», afirmou, no dia 9, em Albufeira, o secretário de Estado do Turismo.

Falando num encontro com empresários daquele concelho algarvio, Vítor Neto sublinhou que o número de visitantes até ao fim do Verão passou de dez para 11,2 milhões (mais 10 por cento), o número de dormidas cresceu também 10 por cento e as receitas do Turismo foram de 850 milhões de contos - mais 100 milhões (12,5 por cento) que no ano anterior.

O responsável governamental atribuiu ao «efeito Expo» os aumentos significativos registados, mas não deixou de ressaltar que as médias «escondem realidades diferentes», já que «há regiões onde pouco ou nada se cresceu e outras onde o crescimento foi muitíssimo forte».

Até agora, o sector registou em um ano o crescimento normal de três anos, mas «é natural que haja algum decréscimo nos próximos tempos», disse, recordando que «a Espanha levou quatro anos a voltar a atingir os níveis de crescimento verificados em 1992 devido à Exposição Universal».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 8 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que regula as condições de acesso e de exercício da actividade de empresas privadas no comércio de armamento;
- Um decreto-lei que reformula o regime jurídico da pensão unificada;
- Um decreto-lei que procede à reestruturação da carreira de enfermagem instituída pelo decreto-lei nº. 437/91, de 8 de Novembro;
- Uma proposta de resolução que aprova o acordo entre o Governo português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) referente ao estabelecimento da sede da Comunidade em Portugal;
- Um projecto de decreto regulamentar que estabelece a reclassificação da Reserva Natural das Berlengas;
- Um decreto-lei que regulamenta a lei relativa ao interprofissionalismo agro-alimentar;
- Um decreto-lei que cria o Estabelecimento Prisional de Bragança;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei nº 53/94, de 24 de Fevereiro, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas;
- Um decreto-lei que altera a Lei Orgânica e o Quadro de Pessoal da Academia Portuguesa da História;
- Um decreto regulamentar que aprova o Estatuto da Escola Superior de Tecnologias Navais (ESTNA);
- Um decreto-lei que altera os anexos I e III ao decreto-lei nº 199/93, de 3 de Junho, que define a composição, competência e funcionamento dos Conselhos de Classes da Marinha;
- Um decreto-lei que altera os artigos 271º, 272º, 274º e 275º do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, aprovado pelo decreto-lei nº. 265/93, de 31 de Julho;
- Um decreto-lei que regula o ensino da disciplina de «Educação Moral e Religiosa», de diversas confissões religiosas, em regime de permanência e em alternativa à disciplina de «Desenvolvimento Pessoal e Social» e altera o decreto-lei nº. 07/89, de 16 de Novembro, relativo ao ensino de educação moral e religiosa católica;
- Um decreto-lei que altera as alíneas c), d), e) e f) do artigo 3º do decreto-lei nº 94/96, de 17 de Julho, transpondo para a ordem jurídica interna as directivas nº. 96/39/CE do Conselho, respectivamente, de 19 de Junho de 1996 e de 6 de Junho de 1997, relativas ao transporte de mercadorias perigosas;
- Um decreto-lei que aprova a alteração da denominação da Região de Turismo de Leiria - (Rota do Sol), para Região de Turismo Leiria/Fátima;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República de Cuba sobre Cooperação na Prevenção do Uso Indevido de Repressão do Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, assinado em Havana, em 8 de Julho de 1998;
- Um decreto que aprova o Protocolo Adicional ao Acordo Judiciário entre Portugal e São Tomé e Príncipe, assinado em Luanda aos 18 de Julho de 1997;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República de Cuba sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de Investimentos, assinado em Havana, em 8 de Julho de 1998;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República Oriental do Uruguai para a Prevenção do Uso Indevido de Repressão do Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas e seus precursores e produtos químicos essenciais, assinado em Lisboa, em 20 de Julho de 1998;
- Uma proposta de resolução que aprova o acordo sobre serviços entre a República Portuguesa e a República Socialista do Vietname, assinado em Lisboa a 3 de Fevereiro de 1998;
- Uma proposta de resolução que aprova, para adesão, o acordo relativo ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento, assinado em 30 de Junho de 1972, em Caracas, pelos Governos da Venezuela, México e Peru, e os Estatutos do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento, modificados na XXVII Reunião do Conselho Directivo do CLAD, na Ilha Margarita, em 15 de Outubro de 1997;
- Uma resolução que prorroga a nomeação do ministro plenipotenciário Alberto Maria Gonçalves Vieira Borges, como encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros para as questões da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas (CPAQ);
- Uma resolução que nomeia gestor da componente «Turismo» da Intervenção Operacional Turismo e Património Cultural, o licenciado Rui Manuel dos Santos Mil-Homens.

CAPACIDADE A TRIPLICAR

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, garantiu, na passada sexta-feira, dia 9, em Baião, que a capacidade instalada de Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) aumentará três vezes em relação ao que existia em 1995, até ao final do próximo ano.

«Passámos de 21 por cento de população servida por ETAR há três anos para 55 por cento no final deste ano, mas essa percentagem atingirá 70 por cento no fim de 1999», anunciou a governante.

Elisa Ferreira falava no final da inauguração da sede do concelho de Baião, um equipamento que custou 112 mil contos e foi o primeiro a ser instalado no município.

A ministra realçou que o acentuado aumento dos níveis de tratamento de esgotos ficou a dever-se ao empenho do seu ministério para que as autarquias colocassem em funcionamento muitas ETAR que ou funcionavam deficientemente ou simplesmente estavam desactivadas.

Segundo Elisa Ferreira, a percentagem de população servida por redes de esgotos domésticos está igualmente a crescer a bom ritmo, tendo anunciado que «o País chegará aos 60 por cento no final do próximo ano». Antes da inauguração da ETAR, Elisa Ferreira homologou o protocolo entre a Câmara de Baião e o Instituto da Água (INAG) para a construção de uma praia fluvial.



Salientando que «o trabalho do Ministério do Ambiente faz-se para melhorar a qualidade de vida das pessoas e não para transferir papéis de um lado para o outro», a ministra reconheceu que há muitas carências em concelhos como Baião que nem são do interior nem do litoral.

«É importante que terras como Baião e todas estas zonas envolventes sejam capazes de criar condições para que quem aqui vive aqui fique ou, se sair, que o faça por opção e não por necessidade», frisou.

O acordo de colaboração com o INAG vai possibilitar à Câmara de Baião construir uma praia fluvial no rio Ovil, junto à sede do concelho, dispondo de um apoio financeiro de 75 por cento do total do investimento, até ao limite de 15 mil contos.

O projecto de construção da praia fluvial de Fraga do Rio prevê a recuperação de um açude, melhoramento dos acessos, arranjos exteriores, construção de um pequeno edifício com balneários/sanitários, bar de apoio e equipamentos de vigilância.

«Terra Quente»: nove autarquias servidas

Por seu turno, o secretário de Estado adjunto da ministra do Ambiente, Ricardo Magalhães, defendeu, um dia depois (sábado, dia 10), em Moncorvo, «a aglomeração do maior número possível de municípios no aproveitamento de aterros sanitários para o tratamento dos resíduos sólidos».

Ricardo Magalhães discursava durante a cerimónia de assinatura do protocolo entre os agrupamentos de municípios do Douro Superior e da Terra Quente Transmontana, através do qual a partir de Maio de 1999 os resíduos sólidos dos quatro concelhos do Douro Superior serão depósitos no aterro da Terra Quente.

O governante considerou que «a Terra Quente deu, através deste protocolo, o segundo exemplo em termos ambientais», sublinhando que «depois de ter sido a primeira zona do País a ter em funcionamento uma infraestrutura deste género, avança agora com uma solução conjunta para servir um maior número de populações».

O aterro da Terra Quente, situado nos termos dos concelhos de Mirandela e Vila Flor, passará a servir nove concelhos e, segundo o secretário de Estado, «esta solução vem de encontro à política de economia de escala e de aglomeração defendida pelo Ministério do Ambiente e deverá ser seguida por outros agrupamentos de municípios».

No seguimento desta ideia, Ricardo Magalhães recebeu com agrado a proposta avançada pelo presidente da Associação de Municípios da Terra Quente, Manuel Cunha, no sentido de o aterro, que se encontra a funcionar desde 1997, vir a receber também os lixos dos concelhos da Terra Fria Transmontana e da Meda.

Ricardo Magalhães desafiou estes municípios a ponderar a hipótese e adiantou que vai encontrar-se com os seus representantes para discutir a viabilidade do projecto.

O governante esclareceu que «esta política de aglomeração vai beneficiar sobretudo o cidadão, que ficará melhor servido e de uma forma mais barata, pois a solução conjunta reduz os custos diários de tratamento do lixo».

Ricardo Magalhães frisou ainda que «as vantagens se estendem também aos municípios que, desta forma, resolvem o problema dos resíduos sólidos muito mais cedo, enquanto que a construção de uma nova infraestrutura será sempre mais morosa». **MJR**

DESTAQUE – CM

Saúde

ENFERMAGEM EM MUTAÇÃO

O Governo, aprovou na generalidade, no dia 8, em Lisboa, um decreto-lei que visa reestruturar a carreira de enfermagem instituída.

O diploma procede a alguns aperfeiçoamentos em matéria de regime de acesso e do processo concursal que decorrem da experiência e evolução verificada durante a vigência, desde 8 de Novembro de 1991, do quadro definidor desta carreira.

De entre as medidas inovadoras deste decreto-lei destacam-se a aquisição do direito à categoria de enfermeiro graduado mediante a verificação dos requisitos de antiguidade de seis anos na categoria de en-

fermeiro, e da avaliação satisfatória do seu desempenho

Outra novidade é a eliminação das categorias de assessor técnico de enfermagem e assessor técnico regional de enfermagem, substituindo-os pelo cargo de assessor de enfermagem, mais consentâneo com a natureza das funções que a estes profissionais incumbem; bem como a alteração dos requisitos habilitacionais para acesso às categorias de enfermeiro-chefe e enfermeiro superior, considerando-se válidos, para o efeito, qualquer formação pós-básica conferente do grau de bacharel, ou grau de licenciado.



DESTAQUE – CM

Segurança Social

APROVADO ALARGAMENTO DE PENSÃO UNIFICADA

O Executivo socialista decidiu, no passado dia 8, reformular o regime jurídico da pensão unificada.

A medida foi tomada no decurso da reunião de Conselho de Ministros, realizada na passada quinta-feira, no edifício-sede da Presidência.

Assim, o decreto-lei aprovado alarga o âmbito pessoal do regime jurídico da pensão unificada por forma a possibilitar o

acesso a esta prestação a beneficiários anteriormente excluídos, por se encontrarem vinculados a sistemas de segurança social de países com os quais Portugal celebrou convenções acerca da matéria.

A iniciativa adoptada insere-se no Programa do Governo, designadamente, no objectivo que se refere à adopção de acções que visem a melhoria da protecção social e da qualidade de vida dos cidadãos.

DESTAQUE – CM

Empresas privadas

COMÉRCIO DE ARMAS COM ACESSO CONDICIONADO

O Conselho de Ministros, reunido na passada quinta-feira, dia 8, em Lisboa, «votou» favoravelmente um decreto-lei que regula as condições de acesso e de exercício da actividade de empresas privadas no comércio de armamento.

Este diploma vem colmatar um vazio jurídico

que durava há uma extensa dúzia de anos. Recorde-se que, até agora, nunca tinha chegado a efectivar-se a regulamentação prevista no decreto-lei n.º 214/86 que vedava à iniciativa privada, salvo casos excepcionais, o acesso à indústria e comércio do armamento.

APROVADOS PROJECTOS SOBRE ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES

A Assembleia da República aprovou, no dia 8, na generalidade e por unanimidade, dois projectos de lei sobre associações de imigrantes, um da autoria do PS e outro do PCP.

O PS, PSD, PCP e PP votaram favoravelmente os dois documentos, que assim baixam à 1ª comissão parlamentar - Assuntos Constitucionais - para serem discutidos na especialidade.

Os projectos de lei do PS e PP de regulamentação da actividade profissional dos odontologistas foram igualmente aprovados na generalidade.

Nestes casos apenas o PSD se absteve, enquanto as restantes bancadas votaram favoravelmente. Os diplomas vão ser analisados pela 7ª comissão parlamentar - Saúde.

Por seu turno, o decreto lei 235/VII, que define as regras sobre publicação, identificação e formulário dos diplomas foi reapreciado pelos parlamentares, depois de ter sido devolvido há alguns meses pelo Presidente da República.

Na reapreciação, o diploma foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PP e PCP e voto desfavorável do PSD.

O voto contra laranja explica-se pela aprovação de uma proposta de eliminação apresentada pelo PS, da expressão «o presidente do Governo Regional, (assinatura)».

Administração Pública

Com a abstenção do grupo parlamentar laranja e os votos favoráveis do PS, PP e PCP, o Parlamento aprovou autorizações legislativas para que o Executivo legisle



sobre o exercício da liberdade sindical dos trabalhadores da administração pública e os direitos das associações sindicais, sobre o regime geral de estruturação das carreiras e ainda sobre o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes. O ponto mais polémico da discussão conjunta deu-se após a aprovação, com os votos das bancadas da oposição, de uma proposta de alteração ao diploma das carreiras, da autoria do PCP.

A proposta comunista preconiza a consagração de mecanismos que garantam o acesso ao topo das carreiras na administração pública, «designadamente através da consagração de dotações globais nas carreiras verticais».

O diploma do Governo apenas previa as dotações para as categorias de técnico superior principal de 1ª e 2ª classe.

O acrescento aprovado pela «coligação negativa» da oposição parlamentar prevê ainda a «uniformização em três anos dos módulos de tempo para efeitos de progressão nas carreiras verticais e horizontais». Estas medidas têm efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998.

A aprovação da proposta de alteração fez com que o ministro Jorge Coelho fosse obrigado a intervir, afirmando que o Executivo não vai aplicar a medida aprovada pelas oposições.

«Não há qualquer possibilidade orçamental do Governo no sentido de ir ao encontro das propostas aprovadas, devido aos compromissos assumidos, nomeadamente em matéria do pacto de estabilidade europeu», disse.

O vice-presidente da bancada socialista José Magalhães defendeu o Governo, di-

zendo que a alteração aprovada custa «50 milhões de contos».

O parlamentar socialista indignou-se contra o que chamou de despesismo dos partidos da oposição e deixou o aviso para a discussão do Orçamento de Estado para 1999.

«A roleta-russa pode causar uma crise de extrema gravidade», alertou José Magalhães.

Do pacote de quatro diplomas do Executivo socialista em discussão o único que não foi a votos foi a proposta de lei que estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado e da administração regional.

Mas o Governo deverá ter assegurada a aprovação do diploma. Isto porque logo no início do debate o secretário de Estado da Administração Pública propôs a eliminação de duas alíneas do diploma, precisamente das que mais polémica têm causado.

Fausto Correia propôs que se eliminasse a alínea 3 do artigo 4, que dizia que «por despacho conjunto fundamentado do membro do Governo competente e do que tiver a seu cargo a administração pública, pode ser dispensado o concurso para o cargo de director de serviços, fazendo-se o recrutamento de entre chefes de divisão da mesma área de actuação».

Também foi eliminado o número 2 do artigo 38, em que se referia que o diploma prevalecia sobre quaisquer disposições gerais ou especiais relativas aos diversos serviços e organismos, «excepto nos casos em que as leis orgânicas expressamente prevejam critérios próprios de recrutamento do pessoal dirigente».

GOVERNO APRESENTA DIPLOMA

O Executivo socialista entregou, ontem, na Assembleia da República, a proposta de lei que estabelece um novo regime de financiamento dos partidos políticos e alarga o tipo de crime de corrupção.

O diploma, aprovado, também ontem, em Conselho de Ministros, estabelece «cinco alterações fundamentais».

A proposta de lei «alarga o tipo de crime de corrupção, reduz as despesas das campanhas eleitorais, inclui nos limites legais os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo, obriga a utilização de meio bancário para as doações e obriga à emissão de recibo autenticado e numerado pela entidade fiscalizadora».

Almeida Santos teme euforia legislativa

Em declarações à Comunicação Social,

Almeida Santos, presidente da Assembleia da República, disse temer que a revisão da lei de financiamento acabe por motivar a elaboração de legislação «monstruosa», como aconteceu (em 1995) com a lei das incompatibilidades ainda em vigor.

Almeida Santos estranhou o actual ambiente de euforia legislativa, sobretudo em torno da lei de financiamento dos partidos. Este clima «é típico de períodos pré-eleitorais, ou quando aparecem determinados casos» mais mediáticos, como aquele que rebentou na sequência das denúncias do general Garcia dos Santos, ex-presidente da Junta Autónoma de Estradas (JAE), sobre a existência de alegada corrupção neste organismo, sugeriu o presidente da Assembleia da República.

Por seu turno, António Reis, actual vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, não deixa Almeida Santos sozinho nas críticas

à possibilidade de se estar a legislar sobre financiamento dos partidos por pressão dos acontecimentos. «A lei que está em vigor é uma boa lei, não precisa de voltar a ser mudada», frisou o deputado.

Apesar de afirmar nunca ter seguido de perto a forma como o PS é gerido financeiramente, António Reis diz ter a ideia de que «sempre houve a preocupação de cumprir a lei em vigor».

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 15

A Assembleia da República reúne, hoje, a partir das 15 horas, para a discussão da proposta de lei governamental que aprova a nova Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública. Depois será altura para o deputados debaterem dois projectos de lei comunistas. O primeiro altera a composição do Conselho Superior de Polícia e do Conselho Superior de Justiça e disciplina da PSP. O segundo consagra novos direitos e compensações para os polícias.

Sexta-feira, dia 16

O hemiciclo de São Bento estará reservado, desde as 10 horas, para uma reunião plenária onde se efectuarão perguntas ao Governo.

FAMÍLIA SOCIALISTA EUROPEIA AUMENTA COM VITÓRIA DO SPD

O social-democrata Gerard Schroeder é o novo chanceler alemão, sucedendo assim ao democrata-cristão Helmut Kohl, que durante 16 anos conduziu os destinos da Alemanha.

A vitória do SPD traz, assim, um novo membro à família socialista europeia, que agora conta com 11 primeiros-ministros, escapando apenas a Espanha, Irlanda, Bélgica e o Luxemburgo que continuam a ser governados por conservadores e liberais. Segundo refere o «Info-Europa», o boletim dos socialistas portugueses no PE, «entre os grandes desafios que esperam o novo chanceler, o da relação da Alemanha com a Europa não é o menos importante. Pelo contrário, existe uma grande expectativa sobre a postura de Schroeder, numa altura em que na Alemanha se exige uma contri-

buição mais magra para a União Europeia. De resto, o próprio novo chanceler disse várias vezes ser favorável a uma redução da contribuição alemã para o orçamento comunitário».

Ainda segundo o «Info-Europa», Schroeder, o primeiro chanceler nascido depois da Segunda Guerra Mundial, «é considerado um pragmático e relativamente menos sensível às questões europeias do que o foi Helmut Kohl. Está mais perto do socialismo liberal de Tony Blair do que das posições mais à esquerda de Lionel Jospin. Aliás, a julgar pelas declarações subsequentes à eleição de Schroeder, aqueles três dirigentes socialistas estão já a imaginar uma espécie de núcleo duro europeu, mas que certamente não terá a mesma força sem o contributo dos restantes líderes socialistas».

FUTURO DAS PESCAS EM CONSULTA NA UE

A Comissão Europeia vai realizar nos próximos meses uma série de consultas sobre o futuro da Política Comum de Pesca (PCP) na União Europeia.

Estas reuniões realizar-se-ão nos Estados-membros com os representantes do sector das pescas e de associações ambientalistas, de consumidores e organizações não-governamentais.

As discussões girarão em torno das melhorias a implementar nas diferentes vertentes da PCP para a tornar mais eficaz. Trata-se da segunda fase do processo de reflexão lançado em Março pela Comissão com as organizações profissionais do sector da pesca, ONG, associações de consumidores, meios científicos e académicos e administrações nacionais.

LEVANTADA IMUNIDADE AO NEOFASCISTA LE PEN

O Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre um pedido de levantamento da imunidade do líder da extrema-direita francesa, Jean-Marie Le Pen.

Uma esmagadora maioria, 420 deputados, votaram a favor, 20 votaram contra e 6 absteram-se.

Na votação, todos os portugueses das diversas famílias políticas votaram a favor do levantamento da imunidade, com excepção, pasme-se, do conhecido homem de direita,

conservador dos sete costados e em tempos defensor dos «lobbies» dos grandes agricultores, Rosado Fernandes, do PP, claro.

Recorde-se que o motivo do pedido de levantamento surgiu na sequência de uma declaração do neofascista Le Pen durante uma conferência de imprensa realizada em Munique, onde afirmou, sem pestanejar, que «as câmaras de gás representam um pormenor na história da Segunda Guerra Mundial».

J. C. B.

PORTUGAL ESTÁ DE PARABÉNS

Portugal já não é, definitivamente, aquele cantinho plantado à beira-mar, com as costas voltadas para o mundo. Em 1998, o nosso país viveu acontecimentos de grande projecção internacional, em domínios diversos. Na economia com a entrada no euro, na capacidade de realizar eventos de grande nível com a Expo de Lisboa, e na literatura com a atribuição do Nobel a José Saramago.

Se o euro nos dignifica sobretudo na Europa, a Expo projectou-nos no mundo e transmitiu do nosso país uma imagem de modernidade, desfazendo velhos dogmas e preconceitos. A coroar este ano de glória, eis que a Real Academia Sueca decide atribuir a um português o seu mais alto galardão, prestigiando e projectando a nossa língua, a nossa cultura e o nosso país.

De resto, no plano nacional, conseguimos também fazer do Porto a capital europeia da cultura em 2001.

Estes acontecimentos são determinantes para a nossa afirmação na Europa e no mundo, para que os portugueses olhem descomplexadamente a sua imagem e passem a acreditar que não somos melhores nem piores do que os outros povos. Quanto a nós, provámos este ano que temos qualidades. Portugal está de parabéns.

Luís Marinho

COMBATE AO DESEMPREGO SERÁ PRIORIDADE DO FUTURO GOVERNO

O SPD e os Verdes chegaram a acordo sobre as linhas fundamentais da política económica do seu futuro Governo de coligação em Bona, mas não divulgaram pormenores.

A tarefa central do novo Governo vermelho-verde de centro-esquerda será o combate ao desemprego através de uma aliança para o trabalho e a formação profissional, anunciaram o futuro chanceler, Gerhard Schroeder, e o líder parlamentar de Os Verdes, Joschka Fischer, após a segunda ronda de negociações realizada em Bona.

A «Aliança para o Trabalho» destina-se a fixar os compromissos a assumir pelos principais parceiros sociais, empresários e sindicatos, e também o Estado alemão, afirmou Schroeder.

«Compete ao Estado criar as condições para haver um acordo», acrescentou.



Os temas deste pacto de concertação social serão a garantia dos postos de trabalho e a criação de primeiros empregos para jovens, as oportunidades a criar para trabalhadores menos qualificados, as novas condições para o trabalho em regime de

part-time, a redução do número de horas extraordinárias e uma moderna legislação laboral.

Fischer afirmou que SPD e Verdes chegaram também a acordo sobre a componente ecológica da economia.

No domínio da reconstrução do Leste houve também grande sintonia, disse o futuro ministro dos Negócios Estrangeiros alemão.

Kohl deixa buraco orçamental

Sociais-democratas e Verdes acusaram entretanto o anterior Executivo de centro-direita de Helmut Kohl de ir deixar um buraco orçamental de cerca de 20 mil milhões de m arcos (mais de dois mil milhões de contos).

O buraco foi detectado por especialistas dos dois partidos de esquerda na propos-

ta de orçamento para 1998 apresentada pelo ministro das Finanças, Theo Waigel, e levou o secretário-geral do SPD, Oskar Lafontaine, a acusar os conservadores e liberais de terem posto em risco a estabilidade financeira do país.

Assim, o gabinete de Kohl terá exagerado os prognósticos para o crescimento económico e a receita de impostos para o próximo ano.

Além disso, faltam três mil milhões de marcos (300 milhões de contos) de subsídios a atribuir às regiões federadas de Bremen e do Sarre, e estava previsto no projecto de orçamento em questão uma receita de 1,5 mil milhões de marcos (mais de 150 milhões de contos) proveniente de uma taxa a aplicar nas autoestradas alemãs à circulação de veículos pesados que não pode ser posta em prática, porque há uma directiva em contrário da União Europeia.

JUVENTUDE PLURAL E MULTIFACETADA

«O conhecimento do quadro sociológico da juventude portuguesa constitui um instrumento fundamental para delinear uma política de juventude séria e realista. Com efeito, impõe-se conhecer os vários perfis de juventude no sentido de repensar políticas e colocar os recursos públicos onde eles se mostrem necessários.»
«Este Governo sempre entendeu o conhecimento do quadro sociológico juvenil como um pressuposto essencial para a elaboração de políticas de juventude. Nesse sentido, desde o início desta legislatura que a Secretaria de Estado da Juventude se empenhou em aprofundar e consolidar estudos já realizados e em promover a criação de novas estruturas nesta área que permitissem a realização de um trabalho continuado e sustentado.»

Miguel Fontes
Secretário de Estado da Juventude

«O estudo permite desfazer essa ideia de que há traços que caracterizam uma juventude unitária e homogénea. O retrato que resulta do inquérito é uma juventude multifacetada, plural, com descontinuidades em termos de atitudes, valores, expectativas em relação ao futuro, diferenciações de situações conjugais, ocupacionais, residenciais, sociais, etc.»

José Machado Pais
Presidente do Observatório Permanente da Juventude

A juventude portuguesa é, no cômputo geral, plural e multifacetada. Na área da vida familiar a atitude da maioria dos jovens é algo conservadora, enquanto no âmbito sexual a modernidade e liberalidade são as tendências dominantes. Entre os jovens que estão a estudar regista-se, como traço comum, uma elevada aspiração: cerca de 80 por cento desejam obter um curso superior.

Estas são algumas das principais conclusões que se podem obter do inquérito realizado em 1997 pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no âmbito do Observatório Permanente da Juventude sobre valores, atitudes e práticas da juventude portuguesa.

Os resultados do estudo foram agora compilados no livro «Jovens Portugueses de Hoje», uma obra coordenada por Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais, que apresenta um retrato da juventude portuguesa em termos das suas características sociais, demográficas, habitacionais e religiosas.

Na cerimónia de lançamento do livro, realizada no dia 7, na Pousada de Juventude de Almada, estiveram presentes o ministro



Adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, e o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

Tendo por base um inquérito que abrange áreas como a escola e o ensino, o mundo do trabalho, a família e os projectos familiares, a sexualidade, a identidade nacional e a cidadania europeia, as atitudes políticas e simpatias partidárias, o livro revela o que pensam e fazem os jovens portugueses entre os 15 e os 29 anos em todas estas áreas.

Dos resultados do inquérito, é possível constatar que, nomeadamente, os jovens dividem-se em 42 por cento que ainda estão a estudar e 58 por cento que já abandonaram o ensino.

Esta diferenciação é explicada pelo efeito distintivo e natural da idade, mas também pelo grau de instrução dos pais e do meio social de origem.

Assim, o estudo revela que quanto maior é o nível escolar dos pais, maior é a probabilidade de um jovem estar a estudar, o mesmo se passando quanto ao meio social de origem.

Precários e mal pagos

O capitalismo, seja selvagem ou na sua versão *soft* de «rostro humano», gerando gritantes desigualdades, não garante igualdade de oportunidades.

Apesar das alterações verificadas no sistema de ensino na última década, o estudo revela que uma percentagem muito significativa dos jovens continua a ter percursos escolares com baixo nível de qualificação: cerca de 51 por cento dos jovens que já não estão a estudar possuem um nível de instrução igual ou inferior ao 2º ciclo do ensino básico.

As principais razões para terem deixado de estudar, segundo os próprios jovens, são a má integração no mundo escolar, a falta de cultura familiar e as dificuldades económicas.

Quanto ao mundo do trabalho, onde os jovens são as principais vítimas da precariedade do emprego reinante na actual selva laboral, a maioria que já trabalha está inserida em trajectórias de mobilidade profissional, patente nos 57 por cento que dizem já ter mudado de emprego pelo menos uma vez.

Esta mobilidade está, segundo refere o estudo, fortemente associada a situações de desemprego.

Maioria recusa infidelidade e aceita divórcio

Na área da vida familiar, como tendências maioritárias, constata-se que a esmagadora maioria dos jovens preferiria viver com o cônjuge, se pudesse, em vez de viver com

amigos, com os pais ou sozinho.

Por outro lado, a maioria dos jovens não estaria disposta a casar-se com uma pessoa que já tivesse filhos de outra ou que tivesse tido relações sexuais com muitas pessoas.

O estudo revela ainda que a maioria recusa claramente a infidelidade conjugal e aceita o divórcio.

No que respeita à sexualidade, a maioria dos jovens inquiridos é de opinião que as relações sexuais não têm sentido se não houver amor. No entanto, quase 40 por cento dos rapazes acha que o sexo tem sentido em si mesmo.

A grande maioria dos jovens afirma já ter tido relações sexuais e as raparigas tendem a ter a primeira relação sexual mais tarde do que os rapazes.

Pílula e preservativo no top dos contraceptivos

A utilização de métodos contraceptivos está muito difundida entre os jovens, sendo a pílula e o preservativo os mais usados. Estes meios são mais utilizados pelos jovens oriundos das classes sociais mais elevadas, defendendo-se menos das gravidezes indesejadas os jovens de estatuto social mais baixo.

Relativamente ao associativismo, o inquérito indica que as taxas de adesão dos jovens às associações são baixas. Há uma indiferença generalizada. Marcados na última década pelos falsos valores do cavaquismo como o individualismo e o egoísmo na chamada «democracia de sucesso», os jovens ainda sentem pouca apetência para exercer de forma plena os seus direitos cívicos e políticos num quadro de cidadania activa. A herança do cavaquismo, neste aspecto, continua a ser pesada.

No que concerne ao associativismo de tipo cívico, as taxas de adesão variam entre um mínimo de 1 por cento para os grupos ecologistas, as associações sociais ou cívicas e os partidos políticos, e um máximo de 5 por cento de adesão às associações de estudantes.

O estudo refere ainda que mais de dois terços dos jovens não adere a qualquer tipo de associação.

O livro apresenta ainda uma análise das atitudes políticas e simpatias partidárias dos jovens.

Fraco empenhamento político

Através de um índice de empenhamento político, constata-se que uma boa parte dos jovens que se identificam com um partido político, mantém com a política uma relação de fraco empenhamento.

O nível de instrução dos jovens aparece como o factor que mais influencia o empenhamento político, pois quanto mais elevado é o grau de instrução, mais forte é o empenhamento político.

J. C. CASTELO BRANCO

Livro traça retrato da juventude

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral e José Machado Pais, a obra «Jovens Portugueses de Hoje» é o resultado do trabalho produzido pelo Observatório Permanente da Juventude.

Este estudo, segundo o secretário de Estado da Juventude, «vem permitir captar as visões do mundo e as representações sociais que os jovens portugueses constroem face às mais diversas questões da vida social».

O inquérito aos jovens foi realizado entre 26 de Novembro de 1996 e 18 de Fevereiro de 1997, por meio de 1999 entrevistas, uma amostra estratificada por região e *habitat*, tendo sido seleccionadas 201 localidades.

NOBEL DA LITERATURA

José Saramago

PORTUGUÊS (FINALMENTE) LAUREADO

A língua e a cultura portuguesas foram finalmente reconhecidas, no dia 8, em Estocolmo, com a atribuição a um escritor lusitano do mais alto galardão, o Prémio Nobel da Literatura da Real Academia Sueca.

Na manhã da passada quinta-feira, José Saramago - autor de obras de reconhecido mérito como «Jançada de Pedra», «Memorial do Convento», «Levantados do Chão» e «O Evangelho Segundo Jesus Cristo» -, era surpreendido, em Frankfurt, aos 75 anos de idade, com a boa-nova de ser ele o primeiro português contemplado com o Nobel da Literatura.

Recorde-se que Saramago é o quarto galardoado com um Nobel no universo da língua portuguesa, desde Egas Moniz, com Medicina em 1949, e com destaque para o prémio da Paz dos timorenses José Ramos-Horta e D. Ximenes Belo, há três anos, pela causa do povo maubere.

Na citação do prémio da Literatura anunciado na semana passada, a Real Academia Sueca lembrou «O Evangelho Segundo Jesus Cristo» de 1991, em que Deus e o Diabo abordam o Mal e Jesus se questiona.

«O desenvolvimento idiossincrático do seu próprio estilo ressonante da ficção destaca-o. Ele invoca a tradição de um modo, que no actual estado das coisas, pode ser descrito como radical», segundo a Real Academia.

Ainda na citação, a Academia disse que o Nobel da Literatura foi atribuído a Saramago porque o seu trabalho «com parábolas sustentadas por imaginação, compaixão e ironia, continuamente nos permitem captar uma realidade ilusória».

Depois da comunicação oficial foi a euforia lusitana. Em Lisboa, a autarquia colocou, na madrugada do dia seguinte, vários cartazes nas principais vias da cidade, onde se lê a frase «Parabéns José Saramago» em grandes letras brancas, sobre um fundo azul onde também consta o logotipo da CML.

Pelo País fora as palavras de felicitações e as reacções de contentamento não se fizeram esperar, sendo agendados, por todo o território nacional, actos de homenagem ao reconhecido escritor.

A Escola Secundária de Mafra passou a chamar-se Escola Secundária José Saramago, assinalando, deste modo, o júbilo pela consagração mundial, pelo galardão, do romancista e da cultura que ele representa.

Ontem, José Saramago deslocou-se aos Paços do Concelho - onde era aguardado por centenas de pessoas, entre as quais individualidades dos meios político e cultural - para receber das mãos de João Soares, presidente da edilidade lisboeta, as chaves da cidade.

E foi precisamente pelas chaves que Saramago começou a sua intervenção, ao afirmar que, ao saber da homenagem, se interrogou sobre quais seriam as portas em que as chaves poderiam ser usadas.



A resposta, descobriu-a ao chegar à Praça do Município, segundo asseverou.

«As portas que esta chave poderia abrir são as da vossa amizade», disse, dirigindo-se às pessoas que enchem por completo o Salão Nobre da Câmara.

O romancista confessou que, por vezes, ainda lhe custa a acreditar que se encontra «carregado com um prémio chamado Nobel», apesar de este não passar de isso mesmo - um prémio.

No entanto, o galardão tem, para Saramago, um significado especial, por ser «algo que a literatura portuguesa reclamava há muito».

Terminada a emotiva intervenção o homenageado foi altura de ouvir João Soares saudar o escritor e o seu logro com um breve, mas sentido, discurso.

«O que lhe queríamos dizer é, muito simplesmente, parabéns José Saramago», disse o autarca, agradecendo ao escritor pelo seu talento, «que enobrece e orgulha» a língua, cultura e literatura portuguesas.

Mário Soares - que se socorreu de uma obra do laureado, «História do Cerco de Lisboa», para definir a concorrida sessão de ontem, «a história do cerco do povo de Lisboa ao escritor Saramago» - agradeceu ainda ao homenageado pelo «amor a Lisboa» e pelo «comprometimento com o povo humilde».

Uma semana volvida desde o dia em que Portugal «ficou» Nobel da Literatura e as honras a Saramago ainda não se esgotaram, prometendo desdobrar-se em iniciativas sobre a sua obra até ao dia da esperada entrega do prémio, prevista para 10 de Dezembro próximo.

Reacções...

Desde a manhã de quinta-feira que personalidades políticas e dos quadrantes da cultura têm feito chegar, de uma ou de outra forma, a sua mensagem de felicitações a José Saramago pelo Prémio Nobel da Literatura que lhe foi recentemente atribuído, contribuindo para uma história que bem poderia intitular-se «Um Nobel Segundo Saramago».

Digna de destaque é a voz discordante do Vaticano que, num distraído sintoma de intolerância, manifestou as suas reservas pelo galardão ter ido parar às mãos de um ateu «convicto».

Jorge Sampaio considerou que a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago é a «consagração do português» e uma «grande satisfação colectiva».

«Passamos da ciência para as letras e isso é motivo de orgulho para todos nós», frisou o chefe de Estado, numa referência ao primeiro Nobel atribuído a um português, o cientista Egas Moniz.

«A atribuição deste prémio é a afirmação, neste ano, muitíssimo significativa e importante para todos nós, quaisquer que sejam as nossas convicções», frisou.

«Olhamos para esse grande trabalhador da língua portuguesa, esse grande criador, e enviamos-lhe um abraço fraterno por nos ter dado esses milhares de páginas magníficas que tivemos a possibilidade de ler», afirmou ainda o Presidente da República.

António Guterres - O Nobel da Literatura atribuído a José Saramago, é «sobre-

tudo um prémio para Portugal e para a língua portuguesa», afirmou o primeiro-ministro, numa mensagem dirigida ao escritor.

No telegrama de «parabéns pelo tão esperado Nobel da literatura», Guterres afirma que este galardão «premeia a admirável carreira do escritor da Jangada de Pedra».

Parlamento - A Assembleia da República aprovou, no dia 8, por unanimidade e aclamação, um voto de congratulação pela atribuição ao Prémio Nobel da Literatura ao escritor José Saramago.

«O dia de hoje amanheceu jubiloso para Portugal», acentua o voto apresentado pelo presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, depois de recordar a atribuição do «mais alto galardão da literatura universal» a Saramago.

Manuel Alegre - José Saramago «ganhou por mérito próprio», acentuou o poeta e deputado do PS, ao enaltecer a figura do «escritor universal, de todos os tempos e de todos os lugares».

«Nem sempre os prémios Nobel acertam, mas desta vez acertou», frisou Manuel Alegre, ao expressar o seu «sentimento de alegria e de orgulho nacional» pela atribuição do mais alto galardão da literatura a Saramago.

Para o deputado do GP/PS, «fez-se justiça à língua portuguesa e à obra de um grande escritor».

«Os grandes escritores não precisam de prémios», admitiu o parlamentar socialista, para concluir que, ainda assim, a atribuição do Nobel a Saramago constitui «a prova da grandeza de um escritor».

Manuel Maria Carrilho - O ministro da Cultura considerou que o Prémio Nobel da Literatura atribuído ao autor de «O Evangelho Segundo Jesus Cristo» é a «consagração de uma obra original, que dignifica a cultura e a literatura portuguesa».

«Este prémio é a consagração de um autor, um trajecto e uma capacidade criadora singular, mas também da cultura e dos valores portugueses», frisou o governante.

Governo - O Conselho de Ministros congratulou-se com a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, considerando que a decisão constitui «um reconhecimento internacional de Portugal no domínio cultural».

SPA - A atribuição do Nobel da Literatura pela primeira vez a um escritor português reveste-se de «uma importância e um significado transcendentais», considerou a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA).

«Não é só José Saramago quem está de parabéns, é o espaço da lusofonia, são todos os autores portugueses, é a SPA, é todo o povo português e é também o próprio Prémio Nobel», adiantou o presidente da SPA, Luís Francisco Rebelo. **MJR**

GOVERNO APOSTA NA INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO

A articulação entre ministérios e a aposta nas vertentes informativa e formativa são as linhas-mestras do plano de acção do Governo do PS em matéria de educação sexual e planeamento familiar dos portugueses.

Trata-se de apostas que já ganharam corpo num plano divulgado no dia 7, em Lisboa.

Saúde, Juventude, Solidariedade, Educação, Justiça e Habitação serão os organismos governamentais responsáveis pela execução do Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar nos próximos cinco anos, destinado essencialmente a adolescentes e a um sector populacional considerado vulnerável - toxicodependentes, prostitutas, reclusas e famílias beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido.

Os resultados globais do relatório só serão conhecidos em 2002, mas serão feitas avaliações periódicas das medidas preconizadas, segundo revelou o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

E se o Ministério de Maria de Belém parece ter, à primeira vista, o maior número de responsabilidades, este não poderá, contudo, mover-se sem a colaboração dos restantes organismos.

Para metas traçadas como a redução do número de nascimentos em mães com idade inferior a 17 anos e do número de gravi-



dezes indesejadas e não vigiadas, será essencial o acesso da população escolar à informação e formação no âmbito da educação sexual, bem como a gabinetes de apoio à sexualidade, projecto que a Secretaria de Estado da Juventude iniciou na semana passada em Leiria. A criação de uma disciplina de educação

sexual está, no entanto, fora de causa, como fez questão de sublinhar a secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente.

«Uma abordagem da educação sexual nos projectos educativos» é a opção do seu Ministério, que se propõe assegurar até 2000/2003 a 90 por cento da população o aces-

so à informação e formação nesta matéria. Formação para os técnicos ligados às comissões de protecção de menores e de acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido é uma das medidas previstas no âmbito do Ministério do Trabalho e Solidariedade.

Já em matéria de Justiça, a população feminina reclusa é um dos públicos-alvo das medidas preconizadas: um projecto a desenvolver no estabelecimento prisional de Tires sobre planeamento familiar e a avaliação das questões relacionadas com a sexualidade da população prisional.

Nesta área, está igualmente prevista a formação de técnicos de reinserção social orientada para a problemática, bem como o levantamento da situação dos jovens internados nos colégios de acolhimento, educação e formação, muitas vezes vítimas e autores de crimes sexuais.

O documento resume-se num conjunto de medidas em que cada gabinete ministerial se propõe desenvolver acções que num quadro amplo visam promover a saúde sexual e reprodutiva tendo como alvo prioritário os adolescentes, proporcionar condições para a aquisição de conhecimentos na vertente da Educação Sexual que contribuam para uma vivência mais informada, valorizar as actividades de educação e informação dirigidas a crianças e adolescentes e criar condições para a gravidez planeada.

MADEIRA

Défi ce de educação

ALBERTO JOÃO JARDIM AMEAÇA ALUNOS

Depois do défi ce democrático, eis a vez do défi ce de educação. O Governo Regional da Madeira, liderado por Alberto João Jardim, anunciou, num comunicado, que não atenderá mais reclamações relativas às condições das escolas e desencadeará sanções contra alunos (reprovação) que, em protesto, faltarem às aulas.

Num comunicado do gabinete da Presidência do Governo de Alberto João Jardim, não se fala de maçons nem de cubanos, mas refere-se que na Região Autónoma «mais uma vez se verificou o arranque do ano escolar com toda a normalidade, apesar das tentativas em sentido contrário, por parte de alguns partidos políticos». Recorde-se que, recentemente, houve estabelecimentos de ensino em que os pais, apesar do clima de medo, protestaram e não deixaram os filhos ir à escola.

Jardim proibidos

É que os alunos têm de se deslocar para

localidades distantes alguns quilómetros, e os encarregados de educação entendem, e bem, que deviam ser criadas condições para o funcionamento das escolas que têm na terra.

A educação não é, definitivamente, a paixão de Jardim, antes pelo contrário. Neste quadro, não é de estranhar que o País se continue a chocar com reportagens como os «Jardim Proibidos» recentemente exibida na SIC.

A degradação social gerada pela ausência de políticas susceptíveis de alterar este quadro de miséria provam à saciedade que Alberto João Jardim não é o governante capaz de pôr a Madeira na senda do desenvolvimento económico e social.

Com este Governo Regional esgotado e descredibilizado, a Madeira é uma região que está, efectivamente, bonita por fora mas podre por dentro.

Nunca a mudança foi tão urgente. As crianças famintas não podem esperar.

J. C. C. B.

EDUCAÇÃO

Livro sobre a moeda única

EURO DIVULGA-SE NAS ESCOLAS

Acabam de ser editados 30 mil exemplares do livro «O euro - uma moeda para muitos países» que vão ser distribuídos pelas escolas do País.

Co-financiado pelo Ministério da Educação e pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, esta iniciativa dirige-se ao público jovem e contém muitas informações, numa linguagem simples e atractiva, sobre a moeda única.

Entretanto, numa segunda fase, o livro poderá vir a ser comercializado.

Estudantes trabalhadores

A maioria das empresas privadas e públicas continua a não respeitar o novo estatuto do trabalhador-estudante.

Quem acusa é a Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que se reuniu no dia 7, em Lisboa, com membros da Secretaria de Estado da Administração Pública e da



Modernização Administrativa, para exigir que «pelo menos a função pública» cumpra a legislação.

POLÍCIAS MUNICIPAIS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

O ministro da Administração Interna, Jorge Coelho, congratulou-se, no passado dia 12, com o acordo conseguido entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) para a criação de polícias municipais.

«Finalmente, após seis meses de negociações, o Ministério da Administração Interna e a ANMP chegaram a um acordo. O documento vai seguir agora para Conselho de Ministros para que no início do próximo ano comecem a ser criadas as polícias municipais», disse Jorge Coelho.

O governante falava após a reunião com o presidente da ANMP, Mário de Almeida, para fazer os últimos acertos no anteprojecto de proposta de lei de criação das polícias municipais.

Quanto à atribuição de competências de cada força policial, Jorge Coelho frisou que «não vai haver qualquer confusão porque há a separação total de funções, que podem ter âmbitos diferentes de município para município».

Em relação ao estatuto especial previsto no documento para as regiões de Lisboa e Porto, o ministro da Administração Interna frisou a necessidade de uma «progressiva adaptação das funções das polícias municipais já existentes para que seja criado um só estatuto em todo o País».

Por seu lado, o presidente da ANMP lembrou a necessidade de reforçar a vigilância nas escolas no âmbito da criação da polícia municipal, frisando que estas vão poder «interligar o seu trabalho com o da PSP e GNR».

«As necessidades de cada autarquia vão ser analisadas caso a caso e é a própria Assembleia Municipal que aprova inicial-



mente a adesão à polícia municipal e depois decide o número de agentes a atribuir ao respectivo município, que pode atingir um máximo de três por cada mil eleitores», sublinhou Mário de Almeida.

O documento final que agora segue para Conselho de Ministros prevê que as polícias municipais tenham funções de polícia administrativa dos municípios e que cooperem com as forças e serviços de segurança na manutenção da tranquilidade pública.

As polícias municipais vão ainda exercer funções de protecção das pessoas e bens em caso de vigilância de espaços públicos, edifícios e equipamentos municipais

e fiscalização de trânsito rodoviário na área de jurisdição do município.

De acordo com o documento, a competência territorial da polícia municipal coincide com a área do município e o armamento a utilizar pela polícia municipal nunca pode ser de calibre igual ou superior ao das forças de segurança.

Finalmente, quanto às transferências de verbas para as autarquias, o Executivo compromete-se a adoptar as medidas legislativas necessárias à dotação dos municípios que venham a possuir polícia municipal com os meios financeiros correspondentes às competências efectivamente transferidas.

GNR com 7 500 novos agentes

Por seu turno, o secretário de Estado da Administração Interna, Armando Vara, também na passada segunda-feira, em Barcelos, garantiu o reforço da segurança nacional ao assegurar que, até ao final do actual mandato legislativo - em Outubro de 1999 -, «terão sido admitidos 7 500 novos agentes da GNR».

«Todos os anos são formadas e admitidas algumas centenas de novos guardas, o que significa que a GNR está a ultrapassar o período de falta de efectivos que viveu nos últimos anos», afirmou Armando Vara.

Para o governante, «com as novas admissões vai ser possível acabar com as horas extraordinárias e com as sobrecargas de trabalho ainda existentes».

Armando Vara falava aos jornalistas na final da cerimónia comemorativa do 88º aniversário da Brigada Territorial 04 da GNR. «Até ao final deste ano será enviado a Assembleia da República o novo regulamento da GNR, no qual estão incluídas quase todas as propostas feitas pelo Comando da GNR e pelas respectivas brigadas em termos de efectivos e de divisão territorial», acrescentou.

Na cerimónia, o comandante geral da Brigada 04 da GNR, Abílio Mariz, defendeu «a necessidade de se criar um novo destacamento da GNR em Braga e dividir o do Porto em dois grupos, como forma de melhor actuar nas respectivas áreas geográficas».

O pedido foi aceite por Armando Vara, que se escusou, no entanto, a adiantar pormenores sobre as mudanças orgânicas previstas no regulamento da GNR que vai ser analisado no Parlamento.

SALÁRIO MÍNIMO PARA AGRICULTORES AFECTADOS

A criação de um salário mínimo para os pequenos agricultores, ou meio salário, caso não exerçam a agricultura como actividade principal, foi uma das medidas anunciadas pelo ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, no passado sábado, dia 10.

A decisão visa compensar os produtores agrícolas pelos prejuízos sofridos em virtude do mau ano para a agricultura que tem sido 1998.

O tempo de benefício deste salário mínimo só poderá ser calculado depois de se saber quantas «dezenas de milhar de pessoas» foram afectadas pelas calamidades, mas o principal objectivo de Capoulas Santos é «evitar que os agricultores abando-

nem a produção».

«Nenhum agricultor ficará privado de um rendimento», garantiu o governante, adiantando que já foram estabelecidos contactos com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no sentido de fortalecer o carácter social das medidas em preparação, como, por exemplo, a possibilidade de isenção de pagamento da Segurança Social.

O pacote de medidas, que estão em fase de ultimação, envolve «um grande esforço orçamental», referiu Capoulas Santos.

BSE: maior controlo da importação nos Açores

O Governo socialista dos Açores quer reforçar a análise de rações e o controlo da

importação de animais vivos ou embriões para assegurar a sua condição de região livre da BSE.

O alerta face à chamada doença das «vacas loucas» foi lançado na ilha do Pico pelo secretário regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, que apelou à «colaboração de todos» nestas medidas.

Segundo Fernando Lopes, que falava na última sessão do «Forum 2000», uma iniciativa governamental para debater os problemas do sector agrícola, a recente deslocação a Portugal de uma missão técnica da União Europeia confirmou as ilhas como região livre da doença, mas tal não significa que se esteja perante a «galinha dos ovos de ouro» para a carne açoriana.

«As vantagens da carne de vaca do arqui-

pélago residem, antes, na sua qualidade e no aproveitamento das potencialidades do produto e das actuais circunstâncias do mercado», disse.

Fernando Lopes realçou, ainda, a aposta governamental no combate à brucelose bovina nas manadas de bovinos dos Açores que permitiu uma redução para 1,3 por cento da incidência local da doença e deu como «definitivamente lançada» a «ambicionada rede regional de abate», como novas estruturas implantadas ou projectadas para as ilhas de São Miguel, Terceira, Corvo, Flores, São Jorge, Graciosa e Pico.

Na última sessão do «Forum 2000», dedicado produção à de acrene, participaram técnicos e responsáveis políticos das ilhas e do continente.

CIMEIRA IBERO-AMERICANA **Droga no projecto de resolução**

«A NOÇÃO DA URGÊNCIA DE AGIR»

O Presidente da República, Jorge Sampaio, afirmou, no dia 9, no Porto, que a droga é um dos temas que consta do projecto de resolução da Cimeira Ibero-americana. Sampaio manifestou-se esperançado de que o seu debate «possa ser cada vez mais ampliado».

O Chefe de Estado falava no final do Seminário Euro-Ibero-americano sobre «A Cooperação nas políticas sobre as drogas e as toxicodependências», que durante dois dias reuniu no Porto, pela primeira vez, responsáveis políticos e especialistas da Europa e da América Latina.

Jorge Sampaio recordou as deliberações tomadas por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas, numa sessão especial sobre a droga que decorreu em Junho passado, considerando que elas constituem «um grande avanço nas concepções» sobre o problema da droga e que irão permitir «chegar a fases de iniciativas e de acções em cada país».

Salientou o Presidente que este trabalho depende «da cooperação internacional que se possa fazer entre os países», já que a droga «é um problema mundial, quer em termos de oferta, quer em termos de branqueamento de capitais, quer em termos de ataques a democracia».

«Não sabemos nem metade do que deveríamos saber, nem científica nem politicamente», alertou Sampaio, acrescentando ser necessária «uma grande capacidade de



investigação científica e sociológica em relação aos indivíduos tocados pelo problema ou sobre o que os leva a serem tocados por ele».

«Vamos infelizmente ter este problema no mundo durante muitos anos», afirmou.

No seu discurso de encerramento do seminário, o chefe de Estado salientou o facto de ali se terem reunido políticos e técnicos para o debate de «uma questão global, complexa, e de forte componente ideológica, que tem por trás uma profunda componente social».

«Outras reuniões se seguirão», adiantou, considerando que «esta questão tão difícil e decisiva no estado da civilização» exige «interdisciplinaridade, abnegação, carinho e dedicação».

Nesse sentido, apelou a uma «forte cooperação técnica transnacional», considerando «essencial o diálogo entre a Améri-

ca Latina e a Europa». Referindo-se à necessidade de os Estados serem perseverantes, o Presidente da República salientou que o objecto é «tratar de uma doença que invade todos os sectores sociais e todas as sociedades, onde não há réus, santos, produtores e consumidores. É um problema transversal».

Responsabilidade partilhada...

Antes da intervenção de Jorge Sampaio, o ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, recordou os compromissos assumidos pelos Estados na sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, entre os quais está a erradicação das culturas ilícitas.

A este propósito, salientou o surgimento de um novo princípio internacional da «responsabilidade partilhada», o qual deixa de dividir o mundo entre países produtores, de um lado, e consumidores, de outro, para tratar o problema da droga como sendo de carácter global.

Para José Sócrates, o objectivo de Portugal nesta matéria «é construir uma política que assente naquilo que a humanidade tem de melhor - a ciência, a saúde pública e os direitos humanos - e que deixa de assentar no medo do preconceito e na ignorância».

Depois de salientar as principais deliberações das Nações Unidas, o governante congratulou-se com o facto de terem sido

fixadas metas e definidas datas, o que reforça «a noção da urgência de agir».

Uma das conclusões do seminário é a recomendação aos «responsáveis políticos da Europa e da América Latina para o aprofundamento da cooperação na área da toxicodependência», e que esta deve ter como «um dos seus eixos a cooperação entre cidades».

Os participantes consideraram ainda que «a decisão política deverá assentar num prévio debate na sociedade e no indispensável contributo dos técnicos envolvidos». Sustentaram também que «para uma política de cooperação é necessário e indispensável que existam sistemas de informação fiáveis e compatíveis entre si, que possibilitem a comparação dos dados existentes».

O seminário realçou «a necessidade de destinar mais recursos para a redução da procura, equilibrando-os com os atribuídos à redução da oferta» e recomendou «o reforço das políticas de redução de riscos». As conclusões apontam também para a necessidade de a cooperação «ter como objectivo evitar a exclusão social dos toxicodependentes».

Além de Jorge Sampaio e de José Sócrates, estiveram presentes na sessão de encerramento de seminário o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o procurador-geral da República, a ministra da Saúde e o presidente da Câmara Municipal do Porto, entre outros.

TELECOMUNICAÇÕES **Cidades digitais**

CRAVINHO QUER PORTUGAL «NA PRIMEIRA LINHA» DA EUROPA

O ministro do Equipamento, João Cravinho, está convicto que o programa de desenvolvimento das telecomunicações Cidades Digitais vai levar Portugal no século XXI «à primeira linha do desenvolvimento europeu».

Falando no dia 6 no Centro de Estudos e Telecomunicações (CET) do grupo Portugal Telecom, em Aveiro, João Cravinho teve rasgados elogios às demonstrações a que assistiu, desafiando a empresa a propor escolhas concretas para a sua aplicação, em nova visita a efectuar «dentro de algumas semanas».

«É preciso levar o Portugal Digital à condição de alavanca do desenvolvimento regional, sobretudo no interior», causando «um impacto concreto na vida das pessoas», preconizou o ministro.

Cravinho salientou que, ao nível do desenvolvimento das telecomunicações, «estamos no limiar de um nível de realização de qualidade que nos levará, no século XXI, à primeira linha do desenvolvimento europeu».

«À ideia de um país de mão-de-obra barata temos de contrapor a ideia da mão-de-obra eficiente, organizada e criadora de riqueza», disse.

A secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, por seu turno, considerou que «o problema-chave já não é a capacidade em telecomunicações, nem tão-pouco de demonstradores, mas a escolha de eixos para a concretização sistemática» das inovações.

Dinamizar capacidades

Leonor Coutinho disse tratar-se de um sector «dinamizador de capacidades», deixando como mensagem que as aplicações terão de ser sustentáveis no tempo e em termos económicos.

Francisco Padinha, da administração da Portugal Telecom, revelou que todos os projectos exibidos estão no terreno e a questão que se coloca é a da sua divulgação massiva, já que as estruturas existem.

De acordo com dados que forneceu, a PT

tem já 92 por cento de cobertura do território pela digitalização, que deverá ficar completa até ao final deste ano.

«Todos estes serviços vão poder estar disponíveis da Ilha do Corvo a Miranda do Douro», declarou o responsável da PT.

Lusitana Fonseca, directora do CET, por sua vez, descreveu os objectivos do programa Aveiro Digital, com que se pretende promover emprego jovem, contribuir para uma cultura de educação e formação ao longo da vida, estimular a criatividade e inovação, e simplificar processos públicos de planeamento e decisão.

Segundo revelou, no primeiro concurso Aveiro Digital foram apresentadas 72 propostas, referentes a projectos que ascendem a 3,8 milhões de contos, de que resultou, após avaliação externa feita por 14 especialistas, na selecção de 42 projectos com valor técnico.

Estes representam 2 milhões de contos, estando a decorrer o processo de negociação para propor reduções de forma a conformá-los com as verbas disponíveis.

A Portugal Telecom, em consórcio, participou em 17 candidaturas, cabendo-lhe 42 por cento dos projectos seleccionados, repartidos pela educação e formação, saúde, empresas, comércio, explorações agro-pecuárias, e acesso público.

São da responsabilidade da Telecom 82 redes em escolas, com o objectivo de criar uma comunidade educativa, integrando 130 famílias e 150 professores, bem como 15 redes de comunicações em hospitais e centros de saúde, envolvendo 35 profissionais, entre médicos, enfermeiros e outros técnicos.

Com a participação da PT figuram também 14 redes de empresas e centros de serviços, a que estão ligados 85 profissionais diversos, cabendo nesse grupo o comércio e a indústria, mas também a agro-pecuária, com a adesão de médicos veterinários.

Juntas de freguesia, clubes e associações correspondem a mais 32 redes e 12 quiosques públicos, sendo ainda assinalada a ligação de cinco edifícios municipais em tecnologia de banda larga.



Abrantes

Novos arruamentos

Uma das prioridades da Câmara Municipal tem sido a criação de uma boa rede viária no concelho, como passo decisivo para o desenvolvimento de Abrantes.

Muitas têm sido as obras realizadas neste domínio, tendo sido criados várias dezenas de novos arruamentos por todo o concelho.

Assim, dando continuidade a esta política de novos alcatroamentos, a autarquia deliberou no dia 2 a intenção de adjudicar quatro novas empreitadas de reparação e pavimentação de arruamentos.

Albufeira

Subsídio a ex-presos políticos timorenses

A Câmara Municipal de Albufeira deliberou, no dia 6, atribuir um subsídio de 50 mil escudos à Associação dos Ex-Presos Políticos Timorenses.

A verba destina-se a apoiar o programa de comemorações, que decorrerá entre 12 de Novembro e 7 de Dezembro, e que tem como objectivo divulgar a cultura timorense e denunciar o clima de opressão existente naquele território.

Amadora

Uma cidade mais solidária

«Existe um designio, que a todos convoca, para podermos ter mais cidade, melhor cidade e uma cidade mais solidária», afirmou no dia 5 o presidente da Câmara Municipal da Amadora.

Joaquim Raposo falava no início da cerimónia de entrega de medalhas, com que a autarquia a que preside homenageou um conjunto de personalidades, no dia 5 de Outubro.



O presidente da autarquia considerou que, «para este objectivo, todos não seremos de mais».

Nas suas palavras, dirigidas aos «homens e mulheres que se notabilizaram em prol da Amadora», nomeou Mário Ventura Henriques, ex-presidente da Assembleia Municipal, de quem disse ser «um ho-

mem notável, a quem a Amadora deve bastante».

Cascais

Concurso Europeu Cidades e Vilas Floridas

Cascais foi palco nos dias 2 e 3 do Concurso Europeu Cidades e Vilas Floridas de 1998.

O certame, este ano organizado pela Câmara de Cascais, contou com a participação de oito países da União Europeia: Áustria, Bélgica, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Portugal e Holanda, para além da Hungria e da Eslovénia como países associados, perfazendo um total de dez países.



O Concurso Europeu Cidades e Vilas Floridas realizou-se pela primeira vez em 1975, por iniciativa da França e da Grã-Bretanha, sob a designação de Concurso Europeu «Entente Florale», tendo sido apoiado, desde o início, pela Associação Internacional de Produtores Hortícolas.

Através deste concurso anual, as autoridades públicas e as instâncias privadas e individuais associam-se para investir no embelezamento das suas cidades e vilas, melhorando, assim, o ambiente através de uma decoração floral e do contributo de plantas ornamentais.

A extensão e manutenção de espaços verdes e de parques tem igualmente um papel importante, desenvolvendo, assim, o aspecto ecológico e o meio ambiente em geral.

Portugal apresentou uma candidatura a este certame, pela primeira vez em 1994, tendo a nossa representação sido assegurada desde esse ano até 1998, respectivamente, por Ponte de Lima e Nordeste (S. Miguel), Mirandela e Constância, Abrantes e Cascais, Ovar e Serpa e em 1998 por Viana do Castelo e Figueiró dos Vinhos.

Projecto-piloto de recolha de roupas

A Câmara Municipal de Cascais e a Fundação AMI - Assistência Médica Internacional organizaram no passado dia 13 uma conferência de Imprensa, na sala de sessões da autarquia, para apresentação de um projecto-piloto de recolha domiciliária de roupa usada.

Este projecto-piloto, que irá arrancar em

Cascais, será alargado, numa segunda fase, a outros concelhos onde, também, existem Centros Porta Amiga, alargando, a nível nacional, a participação no combate à exclusão social.

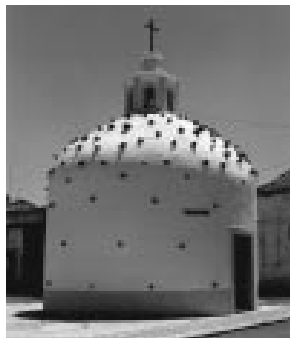
Ferreira do Alentejo

Piscina coberta inaugurada

No âmbito da política desportiva promovida pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, presidida pelo socialista Luís Ameixa, foi inaugurada no passado dia 22 pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, uma piscina coberta de água quente.

Esta importante infra-estrutura desportiva, orçada em 100 mil contos, permitirá a todos os habitantes do concelho a utilização de um espaço de lazer desportivo durante todo o ano, constituindo mais um passo para a modernização de Ferreira do Alentejo.

De salientar que este equipamento irá privilegiar a aprendizagem da natação.



Boletim informativo

A Câmara Municipal está a trabalhar no sentido de, a breve prazo, retomar a publicação do «Jornal de Ferreira».

Mas, enquanto isso não acontece, e para colmatar uma necessidade há muito sentido, a autarquia lançou recentemente um boletim informativo, de excelente aspecto gráfico, que tem como objectivo a divulgação da actividade municipal.

Olhão

Programa de realojamento

A Câmara Municipal de Olhão vai iniciar, no próximo ano, a construção de 200 habitações, 160 das quais destinadas a realojar as famílias residentes no degradado bairro de casas pré-fabricadas do antigo Largo da Feira.

A autarquia já iniciou, com a colaboração da Segurança Social, diligências para a cedência de terrenos localizados nas imediações do Bairro dos Pescadores.

Segundo o presidente da Câmara, o socialista Francisco Leal, a concretização destas novas habitações é vital, tanto para o bem-estar das famílias que aí residem, como para a requalificação daquela zona.

Recorde-se que as habitações do antigo Lar-

go da Feira são pré-fabricadas e estão a terminar o seu tempo de vida útil.

Trata-se de casas degradadas localizadas na zona ribeirinha, próximo da zona onde será instalada a futura Doca de Recreio.

De sublinhar ainda que as novas casas serão arrendadas às famílias que serão realojadas, uma vez que são agregados de fracos recursos.

Para além destas habitações na sede do concelho, a edilidade prevê alargar este investimento às restantes freguesias onde também se verificam carências a nível da habitação.

Portimão

Exposição de artesanato e tapeçaria

Terminou no passado dia 11 a XII Exposição de Artesanato e Tapeçaria, uma iniciativa que decorreu no Mercado Municipal de Portimão.



O certame, organizado pela Escola de Artesanato Cortes de Brito, contou com o apoio da Câmara Municipal de Portimão.

Santo Tirso

Programa municipal de realojamento

No âmbito do Programa Municipal de Realojamento, a Câmara de Santo Tirso celebrou no passado dia 12 dois protocolos para a aquisição de 437 fogos a custos controlados, a edificar no concelho.

Estas habitações destinam-se ao realojamento da população residente em barracas e em casas que não reúnem condições de segurança e salubridade.

Sintra

Geminação com Honolulu

A Câmara Municipal de Sintra celebrou no passado dia 9 um acordo de geminação com Honolulu, com o objectivo de estabelecer as bases culturais e desportivas, especialmente para a prática do bodyboard.

A cerimónia contou com as presenças, entre outros, dos presidentes das câmaras municipais de Sintra e de Honolulu, respectivamente, Edite Estrela e Jeremy Harris, e do ministro Adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

PS festeja vitória

Os socialistas açorianos festejaram terça-feira, na ilha de Santa Maria, o segundo aniversário da sua primeira vitória em eleições regionais. O jantar comemorativo contou com a presença de destacados militantes e do presidente do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Regional, Fernando Meneses, enquanto Carlos César participava numa entrevista em directo na televisão do arquipélago.

Recorde-se que nas eleições de 13 de Outubro de 1996, o PS obteve 45,8 por cento dos votos expressos, contra 41 por cento do PSD que ocupou o poder na região durante vinte anos (cinco mandatos); no entanto, devido ao injusto sistema eleitoral em vigor nos Açores, os socialistas ficaram com o mesmo número de mandatos na Assembleia Regional que o PSD, 24.

Com 7,3 por cento dos votos, o PP elegeram três deputados, número suficiente para se tornar no partido «charneira» da vida política regional, uma vez que o PCP apenas obteve um lugar, com uma votação de 3,5 por cento.

Os populares viabilizaram a investidura do primeiro Governo do PS na região, aproveitando o respectivo programa, mas recentemente decidiram romper o acordo informal que os ligava aos socialistas.

Esta estratégia, que perspectiva uma aproximação ao PSD com a criação, à semelhança do continente, de uma nova AD para um eventual derrube do executivo do camarada Carlos César, está, todavia, pendente de ratificação no Congresso Regional convocado para o próximo dia 31.

A convocação da reunião magna dos populares açorianos decorreu da contestação do líder do PP da ilha de S.Miguel, Paulo Gúsmão, à opção de ruptura com o PS adoptada pelos dirigentes regionais em funções.

BENAVENTE

Concelhia crítica Câmara

A Comissão Política Concelhia de Benavente do PS, liderada pelo camarada José Carlos Pedrosa, num comunicado emitido no dia 13, criticou a recente decisão do presidente comunista da Câmara de Benavente de retirar ao vereador do PS Artur Saraiva o pelouro do Turismo.

Para o PS/Benavente, tal decisão «é antidemocrática e contrária ao espírito de participação que o presidente da autarquia tanto apregoa».

Com esta decisão, adiantam os socialistas, «o presidente rejeita a colaboração séria, empenhada e competente de um vereador que se tem revelado interessado na resolução dos problemas do concelho».

O PS/Benavente considera que a argumentação invocada «não convence, não aponta qualquer razão credível, preferindo o presidente refugiar-se na linguagem ofensiva e dar crédito a boatos e calúnias».

Por outro lado, segundo referem os socialistas da Concelhia de Benavente, num comunicado assinado pelo seu presidente, o camarada José Carlos Pedrosa, «a forma como a decisão foi anunciada em reunião pública da Câmara com larga assistência e cobertura da Comunicação Social, denota claramente os propósitos inconfessados do presidente da edilidade».

Neste contexto, a Comissão Política Concelhia do PS/Benavente «reitera o apoio e solidariedade do vereador do PS Artur Saraiva».

Do mesmo modo, o PS/Benavente repudia a «atitude e incapacidade do presidente da Câmara em trabalhar em equipa e ser confrontado com opiniões e perspectivas diferentes da sua».

FAUL

Debate sobre regionalização

A Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) realizou na Amadora, na terça-feira, um jantar-debate com a Imprensa Regional da futura Região de Lisboa e Setúbal.

O jantar, que reuniu um número muito assinalável de órgãos de comunicação regional, contou com a presença do presidente da FAUL, Jorge Coelho, do alto-comissário para a Regionalização, Eduardo Cabrita, e do presidente da Câmara Municipal da Amadora, Joaquim Raposo.

Esta reunião com a imprensa regional foi mais um passo da campanha de esclarecimento sobre a problemática da regionalização que o PS anda a levar a cabo um pouco por todo o País.

Eduardo Cabrita explicou claramente quais os elementos que tinham estado na base da constituição da Região de Lisboa e Setúbal e exemplificou as vantagens para a região mais populosa do País da regionalização: uma melhor coordenação dos transportes; um melhor controlo urbanístico e uma política mais humana e equilibrada que propicie aos cidadãos uma melhor qualidade de vida; uma correcta definição das prioridades em termos de obras; mais emprego e dinamismo económico, foram apenas alguns dos muitos exemplos apontados.

Para o alto-comissário, consolidada que está a democracia e a entrada de Portugal na moeda única, a regionalização é a reforma administrativa que irá permitir o salto em frente no desenvolvimento equilibrado do nosso país. «É o desafio da mudança para um melhor Estado mais ágil para responder aos anseios dos cidadãos», acrescentou Eduardo Cabrita. Jorge Coelho respondeu às inúmeras questões colocadas pelos jornalistas presentes, tendo referido mais uma vez a convicção de que se o sim ganhar, mesmo que não haja 50 por cento de votantes, o PS tem todas as condições para avançar com esta reforma. Neste sentido, recordou a posição do PS relativamente ao referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, onde o não ganhou, tendo o Partido Socialista abandonado a proposta de despenalização. Coerentemente, reafirma Jorge Coelho, o PS só pode ter uma e a mesma posição sobre os referendos.

Referindo-se à cimeira PSD/PP sobre corrupção, Jorge Coelho classificou-a como um «fracasso» e as declarações de Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas no final

como um verdadeiro «flop».

«Enquanto os líderes de uma coisa que quer ser nova - AD, Alternativa Democrática - para o futuro dizem uma coisa num dia e outra coisa noutro, sabe-se lá o que irão dizer amanhã», ironizou o presidente da FAUL.

LAMEGO

Reunião de federações e concelhias

No passado dia 11, em Lamego, decorreu um encontro dos principais dirigentes das Federações das futuras Regiões de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro, nomeadamente as Federações do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança.

Nesta reunião de trabalho foram tratadas questões relativas à regionalização, designadamente as que se prendem com a melhor forma de potenciar a criação das regiões administrativas com vista a um desenvolvimento mais harmonioso de todo o País.

Com este encontro as Federações do PS reafirmaram todo o seu empenhamento na campanha pelo «sim» à regionalização.

Num comunicado final sublinha-se que «o PS está todo empenhado na criação das regiões administrativas e esta reunião de Federações e Concelhias deve ser entendida como mais uma prova inequívoca desta afirmação».

«A regionalização administrativa é um imperativo constitucional que há que cumprir, mas é também, e muito, uma reforma que visa melhorar a estrutura política administrativa nacional, reforçar a participação dos cidadãos na democracia, aumentar a representatividade dos eleitos, combater a burocracia e o desperdício e sobretudo contribuir para a progressiva eliminação das assimetrias de desenvolvimento existentes entre as zonas mais poderosas do litoral e as zonas mais deprimidas do interior», lê-se no comunicado.

Assimetrias

Para os socialistas, a escolha de Lamego como local da reunião «é, de igual modo, extremamente significativo. Estamos num concelho da margem sul do Douro, integrado numa sub-região com uma forte identidade histórica e cultural, de grande importância como eixo de desenvolvimento e progresso».

Segundo o PS, «a criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro vai permitir, finalmente, dar unidade política e administrativa à sub-região do Douro, actualmente dividido e disperso por quatro distritos».

No comunicado refere-se ainda que «a confirmação do apoio de uma maioria de eleitores da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde se incluem numerosos quadros e autarcas de outros partidos, é um sinal claro da vitória do «sim» à regionalização no referendo do dia 8 de Novembro».

MAFRA

Quando o PSD perseguiu Saramago

O PS de Mafra voltou a criticar a autarquia de maioria laranja pela recusa de dar à escola local o nome de José Saramago, galardoado no dia 8 com o Prémio Nobel da Literatura de 1998.

Algumas horas depois do anúncio da atribuição do Nobel, os socialistas de Mafra convocaram uma conferência de Imprensa para recordar a recusa da autarquia onde o PSD detém a maioria, por «motivos políticos», de dar a Saramago a medalha de honra do concelho, atribuindo também o nome do escritor à escola local.

O camarada Pedro Tomás, coordenador da JS de Mafra, disse que elementos dos órgãos autárquicos proferiram «declarações graves, que evidenciam um sinal claro de perseguição política» ao autor de *Memorial do Convento*, romance inspirado na construção do convento de Mafra. Relativamente à recusa de dar o nome de Saramago à escola secundária de Mafra, um dos elementos da maioria laranja na autarquia disse então, segundo recordou o camarada Pedro Tomás, que o *Memorial do Convento* «não dignifica Mafra, antes pelo contrário, apenas a amesquinha, da mesma forma que amesquinha a história da Pátria».

OLHÃO

Concelhia solidária com Apolinário

A Comissão Política Concelhia do PS/Olhão, reunida no dia 8, deliberou, por unanimidade, congratular-se com a nomeação de José Apolinário, militante da Secção de Olhão e presidente da Federação do PS/Algarve, para secretário de Estado das Pescas.

Num comunicado, a Comissão Política do PS/Olhão afirma ter «consciência das dificuldades inerentes ao desempenho do cargo, principalmente numa fase de negociações difíceis decisivas para o sector das Pescas e para Portugal».

Contudo, adianta, «confia na dinâmica e capacidades já demonstradas pelo seu conterrâneo para o encontrar das melhores soluções».

A Comissão Política Concelhia do PS/Olhão «interpretando o sentir dos seus militantes e simpatizantes expressa desta forma ao secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, total confiança, apoio e solidariedade».

PS FELICITA JOSÉ SARAMAGO

O PS, num comunicado do dia 8, refere que «recebeu com profunda alegria a notícia da atribuição do Prémio Nobel da Literatura ao escritor José Saramago».

O PS «felicitava o escritor José Saramago pelo reconhecimento universal de que foi alvo, que enche de orgulho os portugueses».

Para o PS, o dia 8 «ficará assinalado na História de Portugal e expressa o reconhecimento da importância da língua e da literatura portuguesas».

NOBEL

José Medeiros Ferreira



SARAMAGO: SABER RENASCER

Fiquei genuinamente satisfeito pela atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago. Por ele e pela língua portuguesa.

Por ele: embora o personagem não me seja inteiramente simpático, e tenha detestado e combatido a sua passagem pela direcção do «Diário de Notícias», confesso que há aspectos na vida dele que me suscitam um profundo reconhecimento. Desde logo pela sua afirmação cultural individual: José Saramago nada deve ao sistema escolar português selectivo, elitista e abundantemente estéril como a ditadura do pensamento que o ergueu. Nem os estudos secundários os completou o Nobel da língua portuguesa. Não foi pois o sistema formal do ensino que lhe suscitou a gramática e a criatividade artística. José Saramago, Prémio Nobel, é uma obra exclusivamente sua.

Esta vitória do ribatejano, precocemente envolvido na cidade de Lisboa e na necessidade de ganhar o pão de cada dia, sobre a fatalidade de uma vida mecânica e da segregação cultural deve-se certamente a um sopro especial do seu espírito, mas sobretudo à vontade de combater a injustiça social.

Seja como for, a criatividade literária e artística de José Saramago não lhe foi facultada ou induzida pelas escolas portuguesas do tempo da ditadura. Numa terra de doutores, ele afirma-se do lado do país para quem a escola não chegou. Leu muito, é o próprio que revela. Na en-

trevista publicada no jornal madrileño «ABC» da última sexta-feira – uma entrevista muito interessante –, José Saramago repete por ordem os seus escritores de referência: Gogol, Kafka, Montaigne, Cervantes e o padre António Vieira.

Curiosamente, afasta Fernando Pessoa dos seus monumentos, mas Vieira lá está a explicar o gosto pelo barroco que me retrai.

Percebe-se o apoio estilístico no escritor, que acede à literatura um nada antes da ave de Minerva lhe aparecer no horizonte. Deriva dessa seródia colheita artística outro dos motivos da minha admiração pessoal por José Saramago.

Por acaso das circunstâncias creio ter assistido ao desabrochar de Saramago como grande escritor no início dos anos 80.

Nesses anos de «refluxo revolucionário» ou de «normalização democrática», conforme as perspectivas, passávamos grande parte das nossas férias de Verão na Arrábida, na Estalagem de Santa Maria, entregues à qualidade de vida e aos cuidados de Sérgio Gama e de toda a família.

O paraíso na sua eternidade ter-se-á modelado naqueles instantes.

Na ampla esplanada, os conhecedores escolhiam os seus lugares. Recatado, José Saramago trabalhava, e só o podia fazer até à meia-noite, hora certa para Sérgio Gama mandar todos para a cama ao desligar o motor que fornecia a energia eléctrica. Mais expansiva (ou mais

crente), Isabel da Nóbrega descobre-nos o segredo: o ex-director do «Diário de Notícias» aceitou uma encomenda do Circulo de Leitores para escrever um livro sobre as diferentes regiões de Portugal e estava então a terminá-lo. Isabel da Nóbrega afiança-nos (a mim e a Maria Emília) que o José está a amadurecer e que as letras portuguesas se irão enriquecer.

Fiquei sensibilizado. Uma mulher verdadeiramente culta é por excelência uma anunciadora. Olhei de longe para Saramago e vi um homem que queria renascer de outra maneira na república. E de facto os anos 80 vão revelar aos portugueses um escritor pujante, trabalhador e original, que há-de conseguir o primeiro Nobel da Literatura para a língua portuguesa. Contra muitos, dentro e fora do País, Saramago é um insubmisso aos poderes constituídos. Ele personifica o esforço do indivíduo para se manter livre numa sociedade adversa.

Como escrevi no início deste artigo, fiquei satisfeito por ele e pela língua portuguesa. Por ele algo mais haveria a dizer e muito será ainda dito por outros. Pela língua portuguesa que levou cem anos para alcançar este reconhecimento internacional.

Recordo as más memórias das correntes pró e contra Aquilino Ribeiro, pró e contra Miguel Torga num país ainda provinciano e desconhecido do que o mundo pensava dele. Depois as probabilidades de

um Nobel deslocaram-se para a literatura brasileira, e de novo para a nossa.

Há males que vêm por bem: o atraso na atribuição do Nobel da Literatura permitiu que este chegasse quando a língua portuguesa mais dele precisava para a sua afirmação como língua internacional.

É verdade que a língua portuguesa é falada por cerca de 200 milhões de pessoas, mas é falada para dentro desse universo, sendo a sua saliência exterior quase nula. O Brasil é a matriz dessa atitude: a língua portuguesa é um factor de comunicação e coesão internas sem que as elites brasileiras a promovam como língua internacional. O mesmo se passa nos países africanos, embora com a particularidade de a língua portuguesa ser uma das línguas oficiais da OUA.

O Estado português acaba assim por ser o mais interessado no reforço da sua língua oficial como língua internacional, e desde logo na Europa, onde está deveras ameaçada. É bom aproveitar estes momentos de euforia nacional para alertar os mais distraídos sobre os perigos que se avizinham nesta matéria.

É verdade que o Prémio Nobel da Paz já agraciou duas personalidades que falam português, como Ximenes Belo e Ramos Horta. Porém, agora, o da literatura pode afirmar a nossa língua no século XXI, como João de Barros e Camões contribuíram para que ela se não perdesse entre os séculos XVI e XVII.

In «Diário de Notícias»

NOBEL

Eduardo Lourenço



A MÃO ESQUERDA DE DEUS...

Das histórias bíblicas, a de José é a mais romanesca. Thomas Mann retomou-a por sua conta.

E Deus, mesmo só com uma mão, tirou da sua Internet infinita com «todos os nomes» o do autor do «Memorial» para lhe oferecer um conto mais fantástico que o do Livro Santo. Pela mesma ocasião, curou aquilo que José Régio e todos nós portugueses temos vivido como «a chaga do lado» da nossa pouca visibilidade no mundo.

O merecido sucesso de José Saramago coroa um destino de escritor que deve tudo à violência da sua vontade de escalar os céus, sem pressa, dando tempo ao tempo. José Saramago pertence à li-

nhagem mais rara dos que se julgam, dos que escrevem depois de ter vivido. E à mais rara ainda, sobretudo na nossa tradição, de não ceder à natural tentação de se vingar da vida, do mundo, da História, glosando compulsivamente a sua experiência subjectiva e fazendo girar o mundo à sua volta. Isso não o coloca fora de uma mais arcaica tradição nacional: a do alegorismo que é sempre espelho de uma verdade já revelada. No horizonte da sua ficção há essa íntima convicção de uma verdade de rosto exclusivamente humano que lhe servirá para invocar, por contraste, a inumanidade ofuscante que caracteriza o tempo da cegueira que nos coube. E lhe coube. Salvou-o da

hagiografia e do dogmatismo um miraculoso dom de ironia e uma quase mais inexplicável candura ou simplicidade diante da vida quando a vontade de poderio e o cego arbítrio as não desvirtuam.

De hoje em diante haverá um «mito Saramago», como existe em torno de Fernando Pessoa, que, como todos os mitos, não tem tanto a ver com o valor das respectivas obras mas com o vazio que vêm preencher no nosso imaginário nacional, em busca do reconhecimento universal. Toda a nossa cultura beneficiará dessa aura que podia ter recaído sobre outros mas lhe coube e assenta como um diadema invisível ao autor no «Todos

os Nomes», a mais bela e profunda das suas alegorias. A alegoria do nome comum que os deuses, como quem joga, extraíam do lote dos possíveis para lhe conferir - porque o seu nome é a sua obra - um nome próprio de aqui em diante se tornará no nome colectivo da nossa literatura, que, mesmo ignorada - e não tanto como isso -, sempre esteve vocacionada para uma visibilidade universal.

O mais alto dos prémios não pode inventar o que não existe. Dá-o a ver e proporciona-nos a alegria de nos rever nele como portugueses. Mais nada se lhe pode pedir.

Vence, 8 de Outubro de 1998; In «Público»



REGRESSO DA POLÍTICA

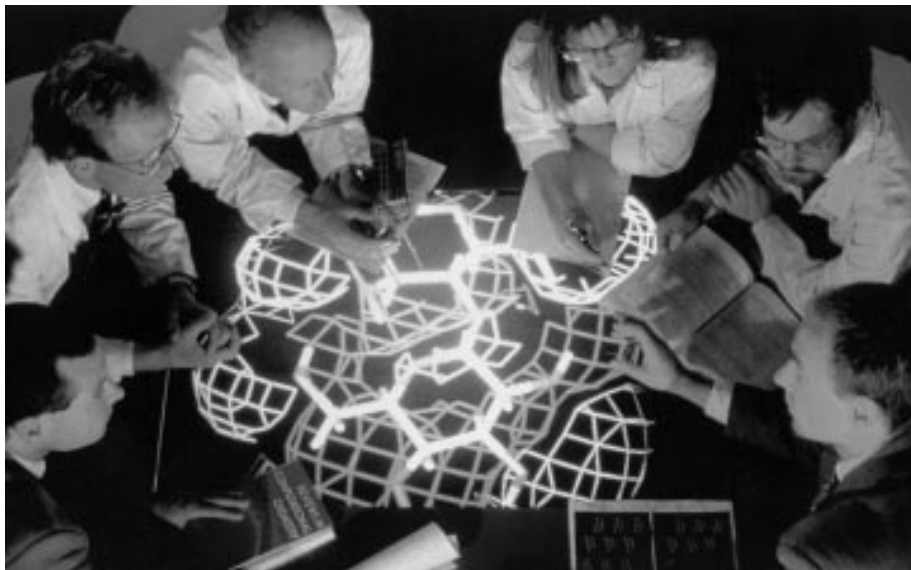
Entre os anos 50 e 60, um conjunto de sociólogos, entre os quais se destacavam as figuras de Raymond Aron e Daniel Bell, defendeu a tese do «declínio das ideologias», dando origem a um longo debate que dura até hoje.

Um dos principais teóricos políticos contemporâneos, Giovanni Sartori, estabeleceu nitidamente uma contraposição entre os conceitos de ideologia e pragmatismo, definindo os sistemas ideológicos como sistemas de crenças caracterizados no plano cognitivo por uma mentalidade dogmática e no plano emotivo por uma acentuada componente passional. Os sistemas pragmáticos teriam características opostas a estas. Partindo desta análise, Sartori considerou que a contraposição de dois sistemas ideológicos tenderia a provocar a ocorrência de conflitos radicais e insanáveis e que da contraposição de dois sistemas pragmáticos emergiriam consensos e compromissos. Numa linha teórica não muito distante desta, Edward Shils estabeleceu uma distinção entre a «política ideológica» e a «política civil», atribuindo à primeira as características de uma visão sistémica, totalizante e coerente, indisponível para a celebração de compromissos, absolutamente voltada para o futuro e assente na dicotomia «amigo-inimigo».

Aqueles que, em plena década de 50, no ambiente optimista do pós-guerra, sustentaram a tese do declínio das ideologias, pretendiam sobretudo salientar o surgimento de um vasto núcleo de consensos programáticos, que tornavam a disputa política menos radical e os antagonismos menos irreductíveis. Isso mesmo salientou Raymond Aron quando realçou o fim dos fanatismos associados às crenças políticas na sequência da afirmação de um amplo consenso em torno do estado do bem-estar, da economia social de mercado e do princípio do pluralismo político.

Houve logo quem, nessa ocasião, pretendesse erradamente identificar a tese do apagamento das ideologias com a proclamação do esgotamento das visões gerais e dos ideais ético-políticos. Mas a esses respondeu, melhor do que ninguém, o próprio Daniel Bell quando afirmou que «o fim da ideologia não é - não deve ser - o fim da utopia... Hoje, mais do que nunca, a utopia é necessária, no sentido de que os homens têm necessidade de uma visão das suas potencialidades que lhes permita unir a paixão à inteligência».

Durante muitos anos, uma parte substancial da esquerda, que não apenas a que prosseguia a linha marxista-leninista, cultivou uma visão providencial da história, acreditou na ideia de um progresso linear e contínuo, agiu no sentido de uma radical transformação da sociedade, visando a instauração de uma nova ordem económica



e social em ruptura absoluta com o modelo capitalista então prevalente. A esquerda era planificadora e centralista no domínio económico, construtivista no plano social e profundamente optimista na perspectiva antropológica. Quase toda a sua acção radicava numa visão sistémica e totalizante e era impelida pela paixão da mudança radical absoluta.

Por mérito indiscutível da acção histórica levada a cabo por partidos e movimentos sociais de esquerda a sociedade foi sofrendo gradativamente transformações, que, em muitos casos, configuraram verdadeiras conquistas civilizacionais. Só que tais mudanças, em lugar de conduzirem à ruptura e à emergência de uma nova ordem económico-social radicalmente diferente, levaram ao surgimento de compromissos que tornaram possível a regulação e a humanização do modelo de organização pré-existente assente no mercado, na concorrência e na exaltação do primado da livre iniciativa individual. As sociais-democracias do Centro e Norte da Europa, articulando uma política keynesiana no plano económico com a construção de um forte Estado-Providência no domínio social e com a valorização da protecção dos direitos individuais na área política, constituíram-se no paradigma histórico desta situação. Nos anos oitenta foi, aliás, a direita neoliberal que, aproveitando o encerramento do ciclo expansionista do pós-guerra, concorreu fortemente para pôr em causa os compromissos

anteriormente alcançados, desferindo um violento ataque ao modelo da economia social de mercado, pondo em causa a função reguladora do Estado em matéria social e preconizando a utopia não voluntarista de uma sociedade auto-regulada. O liberalismo radical ou mesmo proclamar a tese do «fim da história», ancorada na ilusão de que a queda do muro de Berlim anunciava o advento de uma época marcada pela preponderância hegemónica do capitalismo «tout court».

Perante este cenário, uma parte da esquerda democrática revelou a lucidez suficiente para compreender a necessidade de promover a valorização da esfera política com a subsequente afirmação da disputa democrática, aberta, conflituante e tolerante. Claude Lefort sintetizou bem essa orientação ao afirmar que «uma sociedade democrática é uma sociedade em que o poder, a lei e o conhecimento estão expostos a uma indeterminação radical, uma sociedade que se tornou o cenário de uma aventura incontrolável».

Seguindo por este caminho, o sector mais inovador da esquerda democrática renunciou à crença obsessiva no papel redentor da ideologia, percebendo mesmo que esta, em determinadas circunstâncias, pode constituir o sucedâneo laico das religiões. E neste plano parece-me ter razão Anthony Giddens quando observa que as principais características da pós-modernidade filosófica mais não são do que um esclarecimento

das grandes categorias do pensamento moderno.

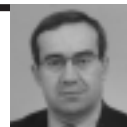
A esquerda que renunciou ao discurso do encantamento ideológico não se rendeu, contrariamente ao que pensam algumas mentes simplistas, ao pensamento neoliberal. Pelo contrário, combateu-o e venceu-o no plano eleitoral. Para atingir tal situação a esquerda encetou um esforço de renovação doutrinária e optou pela via de um pragmatismo inspirado e orientado por valores e ideais ético-políticos assentes nos conceitos de igualdade e de liberdade. A esquerda compreendeu e integrou o valor do conflito, valorizando o método democrático como mecanismo de regulação do pluralismo que em todos os sentidos estrutura as sociedades, tendo em vista a maximização da autonomia individual e da justiça e equidade sociais.

Ora aqueles que agora governam a Europa em nome da esquerda são simultaneamente herdeiros e construtores desta saga política e intelectual. E por isso mesmo a expectativa que neles investimos é a de que consigam articular com sucesso aquilo que Chantal Mouffe define como «a lógica democrática da igualdade e a lógica liberal da liberdade». Por aqui passará seguramente o caminho que permitirá um reajustamento no processo de construção europeia, numa perspectiva consentânea com os princípios fundadores de um verdadeiro socialismo liberal.

In «Expresso»

RESPOSTA

Joaquim Sarmento



O REGRESSO DAS IDEOLOGIAS

Li com atenção o artigo de Francisco Assis, publicado no dia 2 de Outubro no jornal «Público», intitulado «A nova esquerda».

É importante para o PS e, sobretudo para os seus deputados, que o presidente do grupo parlamentar expresse as suas ideias sobre o que pensa ser e dever ser a «nova esquerda». A «pièce de resistance» socialista é necessariamente a sua vertebração ideológica. Mas não comungo do optimismo de Francisco Assis, nem partilho a sua reflexão ideológica.

Vale a pena trazer à colação uma frase do pensador italiano Massimo Salvadori: «Estou convencido que a crise da esquerda é tão profunda que esta vive hoje, não em positivo, mas em negativo. A esquerda existe por defeito e tem como única identidade a palavra que a designa.» Identifico-me mais com este pessimismo do que com o seu optimismo.

É que Francisco Assis, atentos os inegáveis sucessos eleitorais que por toda a Eu-

ropa os partidos da Internacional Socialista têm alcançado, parece concluir daí mecanicamente que estamos próximos do «fim das ideologias». Na sua síntese inteligente dos valores do liberalismo e da esquerda, a reflexão de Francisco Assis é mais uma justificação do poder do que um olhar para o futuro.

O teor de algumas vertentes do seu artigo pode servir ao muito provável triunfo eleitoral do PS em 1999, mas pode arrastar os socialistas para uma perigosa «diluição consensual de valores» que vai estreitando as diferenças entre a esquerda e a direita numa espécie de bloco central doutrinário, que nos penalizará de novo, quando a conjuntura económica for desfavorável.

A sua perspectiva pode levar-nos à atracção do que chama «aspectos mais progressistas do capitalismo democrático», mas não às classes mais desfavorecidas, à juventude, com a sua inquietude e utopia, aos homens da cultura e da ciência. E ou eu me engano muito ou as ideologi-

as estão de regresso e em força, pese embora os escolhos que sabemos e que se colocam, sobretudo à esquerda, amordaçada pelos Clintons e Blairs do nosso desapontamento.

E, por isso, entendo que os partidos políticos terão que ser espaços de ideários que se abraçam e se defendem e não meros instrumentos jurídicos ou bengalas políticas para a assunção do poder pessoal. Aliás, a enorme falta de credibilidade da classe política perante a opinião pública resulta, fundamentalmente, do facto de os políticos, sejam eles governantes, autarcas, deputados ou outros quadros, não assumirem o seu ideários com convicções.

Preferem, tantas vezes, escudar-se no «politicamente correcto», no pragmatismo que assasina o que foi eleitoralmente prometido, nos falsos consensos, inócuos e que diluem as linhas programáticas apre-

sentadas. Não nos apercebemos que a fonte das de-

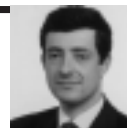
silusões da opinião pública não reside no excesso de ideologia, mas exactamente na sua falta absoluta, o que transforma os governos em máquinas incolores, os autarcas em doadores de pequenos e grandes favores, os partidos em aparelhos de funcionários.

E como resíduo fantasioso desse painel de incoerência permanece o combate partidário. Também aqui não é a ideologia que norteia o confronto. É o mero tacticismo que leva partidos de esquerda a tomarem posições conservadoras e partidos de direita a radicalizarem posições que contêm claramente com o seu espaço social e doutrinário. É a opacidade ideológica, em suma, que justifica a falta de credibilidade dos detentores do poder político. E o combate à desideologização compete primordialmente à esquerda. Sem esse combate a esquerda cairá no «desemprego histórico», utilizando a expressão criativa de Eduardo Lourenço (...).

In «Público»

ECONOMIA

Carlos Zorrinho



A ESQUERDA E A GLOBALIZAÇÃO

A recente crise bolsista à escala nacional e mundial e o efeito dominó que as sucessivas crises foram tendo umas nas outras, disseminando por toda a economia mundial efeitos locais gerados pela estagnação política japonesa ou pela vida sexual do Presidente Clinton, recolocou na ordem do dia a problemática da globalização e das suas consequências na política interna, nos posicionamentos ideológicos e nos equilíbrios geoestratégicos.

Simultaneamente, os primeiros esboços de teorização de uma nova metodologia de intervenção política, particularmente os resultantes da prática do «New Labour» em Inglaterra, colocou ao rubro o debate sobre as opções da esquerda no actual contexto de globalização.

No calor do debate, não foram poucos os que consideraram a globalização tal como ela actualmente se desenha, como a ideologia do tempo, aceitando assim sem luta o triunfo global do liberalismo tecnocrático e protagonizando a maior capitulação ideológica da esquerda de que há memória. A globalização não é uma ideologia mas antes um contexto ideológico. Como contexto ideológico, é absolutamente irreversível e caminha inexoravelmente para etapas de maior aprofundamento e para a planetarização absoluta. Mas nesse contexto ideológico há uma batalha titânica a travar entre os valores do libera-

lismo selvagem desenhado à imagem dos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e os valores do desenvolvimento sustentado e da solidariedade, traçados pelas alianças políticas e pela cooperação em nome de ideais partilhados.

O desafio histórico com que a esquerda se confronta neste tempo de transição e perplexidade não é o desafio de travar a globalização, mas sim o desafio de reescrever o sentido e os objectivos da globalização. É neste desafio que a actual maioria esmagadora de líderes europeus, pertencentes à família política da nova esquerda e dotados duma arma de intervenção global com o poder do euro, tem uma palavra fundamental a dizer.

E, para que essa palavra seja dita no sentido correcto, cada soldado à escala nacional tem que impelir os seus generais, não para uma quixotesca arremetida contra o sentido do progresso tecnológico, mas para uma corajosa cruzada pelos valores intemporais da solidariedade, da fraternidade e da liberdade, sujeitos agora a uma dinâmica de inovação metodológica induzida pelos mecanismos em que assenta a sociedade emergente. O conceito de nova esquerda não é um conceito de rotura com o voluntarismo bem intencionado da esquerda tradicional, mas antes a afirmação de um sentido inadiável de evolução. A recusa corajosa

dos paradigmas da esquerda mergulhada no imobilismo romântico é um processo natural de modernização feito em nome de valores partilhados e aceites como elementos de um património comum, mas cuja aplicação se tem que fazer agora em novos contextos e de formas diversas.

O combate ideológico à escala global tem que ser feito em todos os patamares, desde a escala do indivíduo à escala dos novos blocos políticos e económicos. A agenda política da nova esquerda é marcada pela urgência na definição de um modelo credível de macro-regulação da economia global, que seja portador dos seus princípios e valores.

Um modelo alternativo credível, que em artigo recente designei por «segunda via», ou seja, como segunda forma de regular e desenhar a sociedade global, tem que se fundar na cooperação e não na submissão, na disseminação das fontes de poder e não na sua concentração, na valorização do indivíduo enquanto protagonista da história e não apenas como figurante de encenações tecnocráticas, na diversificação das formas de organização social e não na sua desvitalização compulsiva, no triunfo da política e do político e não na sua subordinação pura à lógica económica e da livre circulação de capitais.

Em Portugal como em todo o mundo, os analistas políticos são quase unânimes ao

assinalar a incapacidade dos governos em intervir por si só em grande parte dos problemas que afectam as sociedades e que têm uma raiz global não manejável à escala nacional. São por vezes os mesmos analistas que desvalorizam a discussão ideológica aprofundada e se apressam a considerar inócua, ou de fuga aos problemas, as abordagens mais filosóficas ou as intervenções políticas feitas à escala supranacional.

Tenha-se em conta, para ilustração do que se escreveu no parágrafo anterior, o impacto mundial de António Guterres na formulação dos princípios e métodos da nova esquerda tem tido no nosso país. À luz do novo contexto global, esse protagonismo acrescido e a credibilidade com ele conseguida terá mais impacto na vida quotidiana futura de cada um de nós do que a soma de todos os esforçados e indispensáveis Conselhos de Ministros a que o nosso primeiro-ministro já presidiu. Quem não puder ou não quiser perceber o que este singelo exemplo procura ilustrar está muito longe de perceber o mundo em que vivemos. O problema é que hoje não há razões para matar a utopia da transformação do mundo, mas ela não sobreviverá sem um profundo conhecimento da realidade que queremos transformar.

In «Público»



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

«Ecos do Silêncio» em Albufeira

A Galeria Municipal acolhe, até ao dia 7 de Novembro, a mostra da pintora Leonor Serpa Branco intitulada «Ecos do Silêncio». A exposição encontra-se aberta ao público diariamente, das 10 e 30 às 17 horas, excepto feriados.

Pintura em Cascais

A exposição de René Bertholo, «Pinturas (mais ou menos) recentes», encontra-se aberta ao público, até ao dia 25, na Galeria do Centro Cultural Gandarinha. A mostra pode ser visitada de terça a domingo, das 15 às 20 horas, encerrando às segundas-feiras.

Conferências em Coimbra

Não perca hoje, pelas 21 e 45, a estreia de «Dom Juan de Molière», no Teatro Estúdio Bonifrates. Trata-se de uma encenação de José Barata que se prolonga pelos dias 16, 17, 20, 23 e 27 deste mês, no mesmo horário e local. Se preferir dança, então vá, hoje (21 e 45) e amanhã (16 ou 21 e 45), ao Teatro Académico de Gil Vicente apreciar as coreografias de David Fielding e Rui Lopes Graça, intituladas «Bomtempo» e «Llanto», respectivamente. A conferência de abertura do ciclo «Conferências de Coimbra» realiza-se no sábado, dia 17, pelas 16 horas, na Casa Municipal da Cultura, com o tema genérico «Portugal e a Evolução Política Mundial». Para os amantes do jazz o melhor será não esquecer um tentador convite para assistir, no dia 21, ao concerto de João Paulo Esteves e Peter Epstein.

Eça em Fafe

Encontra-se patente na Galeria Municipal (Casa Municipal da Cultura), até ao dia 31, a mostra «Percurso da Geografia Queirosiana – da Biografia à Ficção», aberta ao público no quadro do 88º aniversário da implantação da República. Concebida pelo Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim, a exposição integra centenas de fotografias e textos sobre a vida e os cenários da obra de Eça de Queiroz (1845 – 1900).

Feira em Faro

A Feira de Santa Iria'98 decorrerá a partir de amanhã e até ao dia 25, no largo de São Francisco.

Teatro em Guimarães

Hoje, pelas 21 e 45, o Auditório da Universidade do Minho transforma-se numa sala de cinema para exibir o filme mais recente de Robert Duval, «O Apóstolo». «Um Homicídio Perfeito» é a sugestão do Cinema São Mamede a partir de amanhã e até à próxima quinta-feira, dia 22. Durante esta semana haverá sempre sessões

às 21 e 45. No dias 16, 19, 20, 21 e 22 a sessão da tarde começará pelas 16 e 30, uma hora mais tarde do que nos dias 17 e 18. Este sábado haverá teatro. No auditório da Universidade do Minho o Teatro Oficina encena «Asas para Voar» pelas 21 e 30. À mesma hora, no Auditório da Sociedade Musical de Pevidém, o grupo A Hoste D. Nuno representará a peça «Que Mulheres!». No âmbito do 1 Mês do Teatro Amador. Par terminar a semana cultural não se esqueça de levar os mais pequeninos a ver teatro de fantoches. É que a Biblioteca Municipal Raúl Brandão reservou o horário das 10 e 30 para apresentar às crianças «A Ilha Mágica. A Carochinha Vaidosa».

Santour em Lisboa

A música indiana marcará presença, amanhã, às 21 e 30, no Grande Auditório da Culturgest, quando se realiza o «Ensemble» de Shivkumar Sharma. Trata-se de um concerto em que será apresentada a arte da interpretação do Santour, um instrumento tradicional muito antigo, originário do Irão, e que se assemelha a uma cítara. A exposição retrospectiva de Cindy Sherman espera por si a partir de amanhã e até ao dia 3 de Janeiro de 1999, na Galeria das Caravelas do Centro Cultural de Belém (CCB), todos os dias, das 11 às 20 horas. «Casio Tone» é a peça a que poderá assistir se passar pela sala D – espaço CPA, do CCB, na segunda e terça-feira, dias 19 e 20, respectivamente, pelas 10 horas. Trata-se de um espectáculo de teatro e dança dos anos 90 a cargo de Sílvia Real.

Concerto na Marinha Grande

Pedro Caldeira Cabral participa, amanhã, pelas 21 e 30, no Auditório do Operário Marinhense, no concerto de encerramento do curso «História da Literatura Portuguesa», que decorreu na «capital do vidro».

Oficina no Porto

A partir de segunda-feira, dia 19 e até ao final do mês estará aberta, diariamente (excepto fins-de-semana), a «Oficina Urbana», na Fundação de Serralves. Trata-se de uma oficina dirigida aos 3º e 4º anos do 1º ciclo do ensino básico, realizada no âmbito da exposição «Paisagem Periférica». O evento visa proporcionar aos alunos mais conhecimento sobre alguns conceitos urbanísticos de maneira divertida

Audiovisual em Valença

Amanhã, às 16 e 30, vá com os seus filhos até à Biblioteca Municipal para ficar a saber mais acerca de «O Monte que Chorou Prata», durante o espaço cultural e recreativo «Hora do Conto». À mesma hora e no mesmo local, mas na quarta-feira, dia 21, assista à projecção do vídeo «O Pequeno Extraterrestre». Se preferir a sétima arte não desanime, pois o Cine Ibérias reservou o período que começa amanhã e termina na terça-feira, dia 20, para a exibição da fita de Richard Donner, «Arma Mortífera», com Mel Gibson, Danny Glover e Rene Russo nos principais papéis. Também a partir de amanhã e até ao fim do mês poderá apreciar, na Sala de Exposições, as pinturas de Fernando Lino e Manuel Ricardo.

Gastronomia em Santarém

Durante mais 18 dias a cidade volta a ser capital da comida tradicional portuguesa, relançando o reconhecimento da gastronomia como património cultural. A XVIII edição do Festival Nacional de Gastronomia decorre este ano num espaço renovado, já que a Casa do Campino foi alvo de profundas remodelações e melhoramentos, contando com a presença de 19 regiões de Turismo de todo o País.

Fotos em Vila Real de Santo António

O Centro Cultural albergará, até ao dia 5 de Novembro, uma exposição de fotografia do Raçal Club a cuja sessão de abertura poderá assistir no dia 20, pelas 18 horas.

Quadros em Sintra

«Um Olhar a Sintra Património da Humanidade» é o título da exposição de pintura de Ernesto Neves que se encontra patente na Galeria Municipal do Museu Regional. A mostra permanecerá aberta ao público até ao dia 4 de Novembro, podendo ser visitada de segunda da sexta-feira, das 9 e 30 às 12 horas e das 14 e 30 às 19 horas. Aos sábados, domingos e feriados a Galeria encontra-se à disposição a visitas das 14 e 30 às 19 horas. Até ao dia 8 de Novembro os amantes da pintura terão mais uma oportunidade de se deliciarem ao de apreciar os trabalhos de António Ferra e Maria José Menezes, em exibição na Galeria Municipal de Rio de Mouro, de quarta a domingo, entre as 10 e as 20 horas.

SUGESTÃO

FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO

A oitava edição do Festival Internacional de Teatro de Portalegre realiza-se de 20 a 31 de Outubro, incluindo espectáculos diários por companhias de Portugal, Espanha e Itália. O evento começará na noite da próxima terça-feira, no Cine-Teatro Cristal, com a apresentação da peça «O Príncipe de Spandau», de Hélder Costa, pelo grupo de teatro A Barraca. Participam ainda no festival o Teatro de Portalegre, o Teatro Acert (Tondela), o Teatro das Beiras (Covilhã), o Teatro da Escola Secundária de São Lourenço (Portalegre), o Cem'98 (Lisboa), o Teatro ao Largo (Vila Nova de Milfontes), o Teatro Público (Lisboa) e o Teatro Art Imagem (Porto).

El Chirimbolo e Suripanta (ambas de Espanha), e a Compagnia Esule Teatro, de Itália, são as companhias estrangeiras que integram o programa. A iniciativa inclui representações como «Amor de D. Perlimpim», de Garcia Lorca, pelo grupo El Chirimbolo; «A Boda dos Pequenos», de Bertolt Brecht, pelo Teatro das Beiras; e «Os Emigrantes», de Mrozek, pelo Teatro Público. Para além do Cine-Teatro Cristal os espectáculos, que se iniciam às 21 e 30 horas, realizam-se ainda na Igreja de São Francisco e na antiga Galeria Municipal (ao Rossio). Paralelamente, decorrerão a primeira Feira do Livro de Teatro e Poesia, momentos de poesia, uma exposição de aquarelas de teatro, um espaço experimental com apresentações de bailado e teatro, workshops sobre teatro e dança e sobre mimo corpóreo.



POEMA DA SEMANA

S. João da Madeira

à hora da saída dos operários das fábricas

Estuma-se o silêncio e das sirenes irrompem vozes estranguladas

Carlos Carranca In «Pedras Suspensas»

CineEco'98

IV Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Ambiente

De 16 a 25 de Outubro

Organização Câmara Municipal de Seia e Instituto de Promoção Ambiental do Parque Natural da Serra da Estrela.

6ª FILA

Manuel dos Santos



AFINAL, QUEM É QUE ESTÁ SOB SUSPEITA?

Numa recente visita a uma unidade industrial do Norte um conhecido dirigente do PSD (que não identifique por razões óbvias) afirmava que o seu partido "é o mais português de todos, porque é aquele em que a inveja, a hipocrisia e a intriga se encontram mais instaladas".
Passando por cima do cruel juízo que o referido político faz do seu próprio partido não posso deixar de sublinhar a confusão estabelecida entre o comportamento da generalidade do povo português e as características específicas de um certo sector social restrito que, esse sim, é, e continuará a ser, a base militante essencial do PSD.
Contudo o traço essencial da "cultura" PSD, é, inequivocamente, a sua habilidade e capacidade para a desresponsabilização.
O PSD foi isoladamente governo durante 9 anos; partilhou com o PS mais três e esteve praticamente sempre representado em todos os períodos de governação anteriores a 1995.

Durante este tempo de governação, sem paralelo no regime democrático português, construiu uma rede de interesses verdadeiramente espantosa e que em boa parte se mantém praticamente intocável.
É, neste quadro, verdadeiramente inqualificável o comportamento recente deste partido a propósito da eventual corrupção na vida política portuguesa. O País assistiu enfasiado à 3ª cimeira da AD onde o tema corrupção seria supostamente o prato forte.
O líder do PSD falou sobre o tema como se nada tivesse a ver com o assunto. Chegou-se, aliás, ao desplane de referir 3 ou 4 casos concretos que são inequívoca e temporariamente da responsabilidade da governação social democrata.
Foi, aliás, o actual líder do PP que, enquanto director de um periódico conhecido, publicitou boa parte dos escândalos conhecidos.
Tudo espremido o que saiu da 3ª cimeira da AD (quantas mais serão necessárias para consolidar um projecto alterna-

tivo de governação?) foi apenas a cedência do PSD ao PP em matéria de normas sobre o financiamento dos partidos políticos.
A declaração final da cimeira constituiu, pois, um espectáculo deprimente e de caricatura.
Aliás, quanto mais ouço e vejo os líderes dos partidos da direita radical, mais me recordo das conhecidas personagens - Dupond e Dupont - que faziam, pelo absurdo, o delírio dos leitores da banda desenhada.
Ironia à parte parece-me importante deixar, por fim, um registo concludente: *Em matéria de corrupção quem está sob suspeita é o PSD e alguns dos seus principais quadros e dirigentes, não é o PS nem o seu governo.*
Avançar nas investigações, no respeito absoluto pelas normas de um Estado de Direito é um dever totalmente vinculativo para o governo, em relação ao qual já existe um absoluto compromisso do Primeiro Ministro.
E assim se fará!

DIXIT

«O primeiro paradoxo da "Terceira Via" de Blair é que nenhum projecto de inclusão social e de regeneração do capital social resulta, sem que ele capture alguns dos ganhos dos vencedores para serem redirigidos para os perdedores.»
David Marquand, professor de Oxford
Diário de Notícias, 7 de Outubro

«(Sampaio) não tem o poder de decisão mas tem o dever de suscitar a reflexão e até a inquietação.»
Manuel Alegre
Diário de Notícias, 8 de Outubro

«Parece que há quem seja muito liberal na economia e não seja nada liberal na política.»
Idem, ibidem

«Ou eu me engano muito ou as ideologias estão de regresso e em força, pese embora os escolhos que sabemos e que se colocam, sobretudo à esquerda, amordaçada pelos Clintons e Blairs do nosso desapontamento.»
Joaquim Sarmento
Público, 10 de Outubro

«O pragmatismo é o pior e mais deslizando dos terrenos para uma esquerda que queira manter uma relação viva com os seus valores fundamentais.»
Eduardo Prado Coelho
Público, 8 de Outubro

«O ensino superior deve adaptar-se ao mercado e não estar dependente dele.»
Lionel Jospin
Conferência Mundial sobre o Ensino Superior da UNESCO, dia 6.



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz